



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2009

Acta n.º 29

Ao vigésimo sexto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, no Salão de Festas do Futebol Clube Ferreiras, por convocatória de doze de Fevereiro e Aditamento de dezanove de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 29/04/2008; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, da Declaração de Interesse Público Municipal a actividade de reparação de motociclos e ciclomotores – ampliação de construção existente, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da desafecção do domínio público municipal de troço de arruamento com 2.289.30 m² – alteração de Alvará de Loteamento n.º1/2000, com Aditamento em 26/10/2008 – St.ª Eulália, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Isenção do pagamento mensal dos vendedores ambulantes e comerciantes do mercado de Areias de S. João, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público de higiene Urbana – Abril 2005/Fevereiro 2013; - alteração do montante; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, de alteração, mediante outorga de uma Adenda, à escritura pública de constituição de superfície a favor da Associação “Nuclegarve” – Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da desafecção do domínio público municipal de parcela de terreno sito na Torre da Medronheira, Olhos d’Água - ulterior outorga de escritura pública de doação da mesma à “Fábrica da Igreja Paroquial de Albufeira”, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da venda de terreno destinada à construção de habitação a custos controlados (CDH) em

Paderne, por empresas privadas – autorização para eventual necessidade de futura aquisição de fogos; -----

ADITAMENTO: -----

PONTO DECIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da CDU, da Criação pelo Município de um Gabinete de Crise; -----

PONTO DECIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal das alterações à minuta do contrato-promessa de compra e venda dos bens imóveis que integram a massa falida da Faceal – Fábrica de Cerâmica do Algarve, S.A.;

PONTO DECIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento das taxas municipais em matéria de publicidade – estabelecimentos de comércio, serviços restauração e bebidas e unidade hoteleiras. –

O Presidente da Assembleia inicia a sessão, agradecendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e ao Clube, ter disponibilizado as instalações e passa a palavra à Segundo Secretário para proceder à chamada. -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Maria Perpétua das Neves Silva Felgueiras Ramos, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Seródio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma, e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda a presença do Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Rolo, António Gonçalves, Marlene Silva e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, o Vereador, Mário Alves. -----

FALTAS: Carlos Duarte Vieira Gabriel e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Carlos Gabriel e pelos membros suplentes José Vila Nova e Ana Simões, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, o membro, Maria Perpétua Ramos. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**) Presidente da Assembleia antes de passar a palavra ao público presente para fazerem as suas intervenções, concede a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras – Boa noite a todos. Quero desejar à Assembleia Municipal de Albufeira as boas vindas e desejar que estes trabalhos corram na perfeição, para que nas suas deliberações possam contribuir para o bem-

estar deste concelho e da população em geral. Quero também agradecer a presença de todos os que estão aqui nesta sala, nesta freguesia, que nos honra bastante. Agradeço ao Presidente da Assembleia Municipal ter-se lembrado em fazer aqui esta sessão. Obrigado a todos pela vossa presença. Obrigado Sr. Presidente. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Margarida Rodrigues – Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados da Assembleia, meus Senhores e minhas Senhoras. O meu nome é Margarida Rodrigues, estou aqui em representação dos pais, dos vários escalões etários dos atletas que praticam basquetebol no Imortal Desportivo Clube e que neste momento são perto de cento e setenta crianças e jovens. Não sei se é do conhecimento daqueles que não são pais de atletas e consequentemente estão afastados da vida do Clube, especialmente da secção de basquetebol do Imortal Desportivo Clube, mas há semelhança de épocas anteriores muitos têm sido os problemas que a modalidade se tem debatido ao longo do ano. Na sequência desses múltiplos problemas que nós, pais, temos vindo a acompanhar e dentro do possível ajudando a solucionar, chegamos a um ponto em que urge trazer ao conhecimento público toda esta situação, nomeadamente o acumular de dívidas por parte do Clube à Federação Portuguesa de Basquetebol e à Associação de Basquetebol do Algarve e outros fornecedores. Facto este que levou à perda de pontos de todas as equipas de formação de início da época. Mesmo assim apenas uma equipa não se qualificou para a fase final, no entanto e, devido a este facto, os sub 16 masculinos, sendo a terceira melhor equipa do escalão, demonstrada em campo, não foi qualificada devido à aplicação da sanção por parte da Associação por incumprimento das obrigações acordadas pelo Clube com esta. Acreditamos também que, depois de verificação desta situação, caso continuem por cumprir os compromissos acordados, certamente outras sanções poderão ser aplicadas ao Clube, com prejuízos dos atletas e resultados. A comissão de pais, atendendo a todas estas situações, tem o justo receio que as três equipas de formação que participam em provas nacionais e as duas que estão em provas regionais, juntamente com o mini basquete que tem participado nas actividades do escalão, possam muito em breve vir a sofrer novas sanções dos órgãos federativos nacionais e regionais, já para não falar que, desde que a época desportiva se iniciou, Setembro de 2008, não chegou à secção qualquer verba destinada a custear as despesas mínimas com os atletas e as competições em que estão envolvidos. A participação nas competições em cima referidas, deve-se única e exclusivamente à vontade e ao empenho dos pais e técnicos que num esforço imenso têm conseguido manter os atletas nas respectivas competições, sendo certo que nesta altura sem a indispensável colaboração da Câmara no âmbito do contrato-programa a ser assinado com o Clube, dificilmente conseguiremos prosseguir e concluir tais competições. Quero aqui realçar a vitória do Campeonato do Algarve por parte da equipa de iniciados masculina, pelo segundo ano consecutivo. Na verdade, se tivermos em conta o desgaste apresentado pelos técnicos e responsáveis pela secção, a comissão de pais sente não haver condições para continuar caso a Câmara Municipal não ajude a secção, de forma efectiva, a receber os valores que lhes forem atribuídos e destinados, no âmbito do contrato-programa a ser celebrado com o Clube. Pois

queremos ser desumano pedir aos técnicos que continuem a tudo fazer para garantir a formação do Clube, sem garantias que os problemas terão uma solução a muito curto prazo. Atendendo assim aos problemas que se conhecem e que já não são novos, depois de uma reflexão profunda sobre a forma de gerir e dinamizar a secção, entendeu o Clube que deveria conceder autonomia à dita secção, situação essa aprovada em reunião de direcção realizada no mês de Setembro do ano transacto. Deste estatuto de autonomia resulta que, à secção de basquetebol será entregue a verba que a Câmara no âmbito do contrato-programa atribuir ao Clube destinada á secção, nomeadamente à formação dos atletas de basquetebol. Posto isto e, atendendo que a secção tem uma autonomia funcional consignada em acta resultante de deliberação tomada em Direcção do Clube, tendo mantida a sua actividade desportiva desde o início da época sem qualquer prestação pecuniária do Clube, tem várias equipas a disputar as competições em que se envolveram e nas quais estão a obter bons resultados desportivos, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara: ao ser atribuída a verba ao Clube, no âmbito do contrato-programa a assinar com o mesmo, a câmara aceita entregar directamente aos responsáveis pela secção, na presença do Presidente do Clube, a verba a que este couber no âmbito da autonomia que lhe foi concedida pela Direcção do Clube, com vista a mesma ser gerida e empregues exclusivamente em proveito da formação e dos atletas? É tudo, boa noite e obrigada. -----

Cândido Reinado – Boa noite a todos. O que me leva a intervir nesta Assembleia é a grave situação que se verifica no nosso concelho em especial na hotelaria, sector onde eu trabalho há vários anos. Estamos a assistir a uma vaga de despedimentos por todo o país. Os grandes empresários aproveitam a boleia da crise e do Novo Código do Trabalho para intensificar a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e lançam no desemprego, na fome e na miséria, milhares de pessoas todos os meses. Só no mês de Janeiro encerraram dez empresas por dia, trezentas durante o mês. O Algarve é a região do país onde o desemprego mais tem aumentado nos últimos tempos e no concelho de Albufeira, ao contrário do que se possa pensar, a situação não é melhor e tudo aponta para que se agrave rapidamente. No Hotel Sheraton, estão a pressionar os trabalhadores efectivos para aceitar o despedimento, o que alguns já fizeram, para de seguida os substituírem por outros que são mandados a pedido da administração da empresa por empresas de trabalho temporário. A Luna Hotéis, consta-se que vão despedir cerca de cem trabalhadores. Em hotéis, como o Aura Mar, Hotel Paraíso, Real Santa Eulália e o Hotel da Aldeia, já disseram aos trabalhadores para procurarem trabalho noutro lado porque estão em risco de ficarem desempregados. No Onda Mar os trabalhadores só receberam parte do ordenado do mês de Dezembro no dia seis de Fevereiro e nesta data, têm parte do vencimento de Dezembro, todo o mês de Janeiro e está quase vencido o mês de Fevereiro. Há treze unidades hoteleiras encerradas temporariamente. O Hotel Montechoro que em regra tinha sempre ou quase sempre os salários em atraso, em Dezembro, já próximo do Natal, os trabalhadores tinham dois meses em atraso e alguns tinham também o subsídio de férias e de Natal, mobilizaram-se em torno do seu sindicato e estavam decididos em entrar em greve, os dias trinta e um de Dezembro e um de Janeiro, para justamente exigirem o pagamento dos salários. Bastou a ameaça de greve para lhes ser pago os dois meses que tinham em atraso. Em

retaliação à justa atitude dos trabalhadores, a Administração do Montechoro deu prazo até ao fim de Fevereiro para saírem do alojamento, isto aqueles que têm alojamento no hotel, para entregarem esse mesmo alojamento a outros trabalhadores estagiários que estão a contratar. Isto é inadmissível e condenável e só possível porque temos um Governo que protege os poderosos e destrói os direitos dos trabalhadores. O Hotel Paraíso já avisou os trabalhadores que só tem dinheiro para pagar o salário de Fevereiro. O Hotel da Aldeia, consta-se que no fim deste mês vai entregar a cada trabalhador duzentos e cinquenta euros referente ao ordenado de Janeiro e que não tem dinheiro para mais. Aumenta o desemprego e com salários e reformas de miséria, aumenta as desigualdades sociais, as injustiças, aumenta o fosso entre ricos e pobres. Há famílias a viver em barracas. Há casais jovens que chegam ao final de cada mês e não têm dinheiro para pagar a prestação da casa ao banco. Há trabalhadores que são atirados para o desemprego, que não têm direito ao subsídio de desemprego devido ao contrato de trabalho não ter atingido o tempo que é exigido. Esta situação carece de medidas por parte dos responsáveis, até porque se prevê um agravamento da situação. Muito obrigado. -----

Carlos Ventura – Boa noite Sr. Presidente, Assembleia, Deputados e os amigos que estão aqui. Há bocado, o Sr. Presidente da Junta das Ferreiras desejou as boas vindas e que a reunião se concretizasse do bem-estar, com concelho de Albufeira. Pois, evidentemente, realmente nós somos um povo muito humilde porque nós consentimos tudo. A brincadeira parece que acabou, vou-me dirigir ao Presidente Carlos Silva. Quando eu fui a uma reunião para falar sobre turismo, eu não ia falar sobre futebol, duas pessoas que tiveram lá recusaram-me a palavra, uma das quais encontra-se do lado esquerdo e o Sr. Presidente também recusou. O que eu quero dizer com isto é o seguinte: quando eu, da ultima vez e várias vezes vim aqui, o Sr. Presidente disse que, realmente, o Sr. Presidente Desidério ia falar sobre duas pessoas que falaram. Evidentemente, eu não compreendi e a situação, as pessoas que tiveram lá na reunião viram. Não é assim que se fala comigo, Sr. Presidente. Eu penso que nós como cidadãos temos o direito ao respeito. O que eu quero dizer é o seguinte: parece que andamos a brincar com isto. Ao Sr. Dionísio, ao Sr. Amânsio, à 125, às zonas verdes e com certeza à corrupção. Eu pedi, várias vezes na Assembleia, que houvesse um inquérito, se realmente existe corrupção. O meu terreno, há pessoas que não sabem, mas se por acaso quiserem saber, perguntem ao Sr. Presidente, perguntem ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, perguntem à Assembleia e perguntem aos Vereadores da Câmara de Albufeira. Freeport existe, mas não é só o Freeport em Lisboa. Eu quando digo, na frente do meu terreno, há um terreno que o Sr. Filipe Vieira comprou, que não tinha acesso, era uma zona verde, eu pergunto se é zona verde outra vez? O porquê que deixaram construir. Há aqui pessoas que tinham terrenos e não deixaram construir. É com isto que deram cabo do país. Digo ao Sr. Presidente da Câmara de Albufeira que, vá pensando em fazer uma sopa dos pobres, porque há pessoas que já não têm que comer. Pergunto ao Sr. Presidente: se sabe a miséria que já se passa em Albufeira. Eu pergunto ao Sr. Presidente: quanto é que ele gasta nas festas. Já está a fazer a politica para as eleições e depois diz "eu faço festas". Não se brinca com o povo, porque ele merece respeito. Eu exijo um inquérito, porque o que me fizeram não se

fazia. Eu tenho quatro casas, estão fechadas e estão à venda, quem quiser comparar, eu vendo, se a minha ex-mulher consentir. Vocês são responsáveis por uma terra em que consentiram partir um muro histórico que vai da rua Nova, onde eu nasci, e colocaram lá pedras que não devia ser. Partiram três locais do muro histórico e colocaram vidro. Fizeram uma área que é do cemitério velho, puseram lá vidro em que é uma zona trajectória, que fazem manobras, qualquer dia partem-se e cai um carro lá em baixo. Eu não tenho medo, querem que eu diga qualquer coisa para me meterem um processo e ir para a prisão, lá dão-me comer de borla. As pessoas têm medo, vocês meteram medo neste povo, porque estavam com medo de fazer uma casa. Eu fui vítima, meteram-me na lista vermelha, mas eu não me calo. Fui educado de forma a não ofender as pessoas, se não eu ofendia, porque todos vocês me prejudicaram, prejudicaram o povo de Albufeira, prejudicaram o país, deram cabo da minha terra, fizeram a estrutura de Albufeira sem alinhamentos. Vocês querem o turismo para quê? Para fazer reunião de cultura como fizeram da outra vez. Eu não sou esperto nenhum, tenho simplesmente a quarta classe. Este povo merece respeito. Eu não faço parte de Partido nenhum, não sei governar a minha casa muito menos a Câmara de Albufeira, mas o problema é que quando falava o Sr. Presidente nunca dava resposta. Eu não preciso da sua resposta, Sr. Presidente. Agora para terminar é o seguinte: a garrafa de água que está ali. Isto é uma garrafa de leva litro e meio de água. Vocês sabem quanto é que polui um litro e meio de óleo dentro de um oceano? São cem mil litros de água. Vocês sabem quanto barcos andam no oceano? Vocês estão a brincar. Vocês são responsáveis, tem por obrigação de verem estes casos, têm por obrigação de estudar estes casos. Para terminar: os espanhóis compraram trezentos moinhos no Norte, que servem para moagem. Esses moinhos vão fazer farinha e outros produtos. Nesses moinhos, além da farinha, vai produzir energia eléctrica. Nos montes aqui de Albufeira fizeram casas. Não se brinca com esta terra Sr. Presidente. Eu sinto-me ferido com o que me fizeram com a minha terra. Pensem bem o que é a garrafa de água. E como não espero resposta do Presidente, ele nunca me dá, vou-me embora. Obrigado. -----

Firmino Martins – Boa noite a todos os Senhores presentes nesta sala. Aquele Senhor que acabou de falar identificou-se, com muito orgulho, não pertence a partido nenhum, eu também me identifico, há pessoas nesta sala que me conhecem, com muita honra e me sinto muito orgulhoso de pertencer ao glorioso partido comunista português desde os dezanove anos de idade. Fui criado aqui, a dois quilómetros de distância, no sítio de Alfarrobeiras e sou filho de uma mulher camponesa, analfabeta e que no tempo do Salazar foi duas vezes à prisão pagar a licença do cão. Analfabeta, camponesa e recusou. As mulheres inteligentes do tempo dela diziam “a velha é bruta, por causa de quinze tostões vai parar à prisão”. Sinto muito orgulho da minha mãe por ela ter sabido combater aquilo que estava mal, a exploração que faziam à classe trabalhadora. Uma viúva que estava a criar seis perdigotos. Eu comi cobras, ouriços e ervas, para sobreviver. Não sou filho da burguesia, não devo nada a ninguém, aquilo que sou é produto do meu trabalho e da minha mulher. A esse respeito, tenho dito. Sr. Presidente da Assembleia, eu venho aqui falar por um caso que me respeita mas considero um caso colectivo, porque desde os dezanove anos de idade me ensinaram a falar em nome colectivo. Não sou daqueles trabalhadores que são despedidos nas

empresas, infelizes com o baixo nível de formação ideológica, são entrevistados pela televisão e dizem “e agora o que é feito de mim, tenho filhos para criar”. Não fala em nome dos outros, os outros não interessam. Os seus camaradas não lhe interessam, é só individual, mas eu, o partido Comunista português, o glorioso, deu-me logo, aos dezanove anos de idade, a formação que não me permite falar individualmente. Nas minhas prisões, quero garantir-lhes, que nós sofriamos lá mais, às vezes com vontade de chorar, por saber que cá fora haviam trabalhadores que queriam comprar sapatos para os filhos e não tinham dinheiro. Os filhos choravam quando passavam por uma montra e viam bolos e os pais não tinham dinheiro para o comparar. E nós lá dentro sofriamos imenso por isso. E aqui, cá fora em liberdade, também sofremos. O fascismo existe hoje outra vez! Noutras características, mas existe hoje outra vez e, vou citar aqui um caso quase que lembra isso. Sr. Presidente, a 09/07/2004 apresentei-me na repartição correspondente na Câmara Municipal de Albufeira para requisitar a água para uma casa que tenho aqui a dois quilómetros. Então, a senhora que me atendeu disse que eu tinha de ir falar com um senhor que dá pelo nome de Armindo. Eu perguntei porque teria de falar com o dito Senhor individualmente e disse-lhe que não ia falar com o Senhor porque queria apenas requisitar a água para uma casa que possuo, por herança. A Senhora vendo a minha imposição, estendeu-me um documento tipo, tenho aqui a fotocópia, que diz assim “vem muito respeitosamente requerer a V. Exa.” pensava que o nome V. Exa. já tinha desaparecido. E digo eu assim, “ora aqui está um fato à minha medida”, eu nunca faltei ao respeito a ninguém, só depois de me terem faltado a mim. “Muito respeitosamente”. Fiquei todo satisfeito e assinei o documento. O povo trabalhador português, aquele que se levanta às cinco, seis horas da manhã, só esse é que é povo, é um povo respeitador, humilde, que não falta ao respeito a ninguém, é espezinhado, é torturado, de toda a maneira e feitio, economicamente, intelectualmente, muito especialmente intelectualmente, roubam-lhe tudo quanto possa ser. Eu coloquei um papel ali onde tenho a minha casa a dizer às pessoas para virem aqui reclamar de um caminho e não está aqui ninguém. Porquê que não está aqui ninguém? Porque os Senhores têm-lhe a pata em cima, fazer tudo para que eles não se libertem da ignorância. Não se sabem defender, infelizes. Mas não são eles os maiores responsáveis, os maiores responsáveis são aqueles que fazem tudo para os manter na ignorância. Pois bem, então lá assinei o respectivo requerimento e fiquei à espera. Os meses foram decorrendo, e eu como considero sempre os Presidentes as pessoas mais responsáveis, e está aqui o Sr. Presidente do executivo é capaz de se lembrar disso, dirigi-me pela segunda ou terceira vez a perguntar-lhe qual era a situação, porque é que o meu requerimento não tinha seguimento, não me diziam nada, o art.52º da Constituição da República diz que, a resposta às petições devem ser dadas em tempo considerado útil, considerado razoável. O Sr. Presidente tem muito que fazer, eu acredito nisso, nunca se permitiu a responder a nenhuma carta que eu tivesse feito. Lá está outra forma de reprimir. Quem é este gajo, este não interessa, mas se aparecesse lá o Sr. Dr. Belmiro de Azevedo, parava tudo para o Sr. Presidente o atender. Decorreu o tempo até que, naturalmente o Sr. Presidente alguma coisa disse ao tal sujeito Armindo, pelo que dizem é o responsável por esse pelouro das águas, e então lá me respondeu. Eu apresentei toda a documentação que lá me foi exigida, uma

planta de localização do terreno e tudo. Recebi um postal com a assinatura ilegível mas creio que seja desse Senhor, em 16/11/2004, a trataram-me por ignorante, a dizerem que os contadores não podiam ficar instalados na via pública. Se isto é de um homem que tem essa responsabilidade, se dirigir assim, como que eu seja um ignorante, que o contador devia ficar instalado no alcatrão. *"Informamos que os contadores não podem ficar instalados na via pública e venha aqui para interesse próprio."* Eu julgava que, os Senhores da Câmara Municipal, são eleitos e são pagos pelo povo, tinham também a obrigação. "Deve comparecer neste serviço". Claro que eu não compareci, evidentemente. Não dei importância a isto. Ia ter com este homem para quê? Para discutir com ele, para lhe chamar ignorante. O tempo foi passando. Tenho uma filha que mora em Sintra, há dois anos veio cá passar férias e disponibilizou-se para ir lá falar com o rapaz. Ele já lá tinha ido, na presença da planta de localização e fez dois orçamentos, um para a entrada da nossa propriedade e outro até à casa que lá possuímos. Fui chamado à Câmara Municipal de Albufeira para me entregarem os orçamentos. Cheguei lá, estive a ver os orçamentos, até à entrada da propriedade ficaria em trezentos e vinte e quatro euros, até à casa ficaria em mil quinhentos e tal euros e, eu optei por o de trezentos e tal euros. Fui à tesouraria e paguei, em 18-01-2005. E caros Senhores, até a esta data estou à espera de uma resposta só que fosse. Desrespeita-se a Constituição da República, desrespeita-se a própria instituição camarária, desrespeita-se os utentes. Isto não se faz! A minha filha, lá foi falar com o rapaz que dá pelo nome de Armindo e marcou uma entrevista com ela lá no local. Ela lá foi, ele compareceu com outro Senhor e depois de falarem disse à minha filha que logo lhe dava uma resposta e até hoje estou á espera dessa resposta, já lá vão mais de dois anos. O que é que isto quer dizer, Sr. Presidente? Que fiscalização é que a Assembleia Municipal faz ao executivo camarário? Como é sua distinta obrigação, fiscalizar a actividade do executivo camarário. Se deixa passar isto, quatro ou cinco anos já. E paguei! Estão é a negociar com o meu dinheiro. Peço-lhe explicações pela segunda vez, já tinha pedido nos Olhos d'Água e o Senhor fez especial favor de não me ligar importância nenhuma. Disse que ia falar com o Sr. Engenheiro que não sei quem é e não estou interessado em saber e dizia-me alguma coisa. Ainda não me disse nada. Sr. Presidente, isto é vergonhoso, isto não se faz, não é por eu ter pago, mas isso não se faz à classe trabalhadora, dá a impressão que os Senhores se instalam, estão a ganhar o dinheirinho dos utentes e depois dizem " eu estou aqui, faço e quero aquilo que posso". Alto lá, cuidado, excepto os capitalistas, com esses é que eu não posso fazer nada, com esses tenho de fazer continência. Tenho dito. Obrigado. -----

Luís Alexandre – Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, boa noite a todos. Acabo por ser surpreendido com estas intervenções bastante fortes e quero começar por saudá-las, por achar que de facto o povo está aqui a ter voz, tem opiniões e pelos vistos queixasse que não é atendido. Saudar também o Imortal, o Clube mais representativo do concelho que vem aqui apresentar queixas bastante legítimas e que deveriam, possivelmente, ter mais atenção. Entrando directamente nos assuntos que me trazem aqui. Como sabem sou Presidente da Associação de Comerciantes e Serviços de Albufeira, a ACOSAL e, evidentemente, que estamos muito preocupados com a situação que se atravessa no nosso concelho, efectivamente passa-se no país, passa-se

no mundo, mas eu estou preocupado com o concelho e com o que, neste momento, empresários e trabalhadores enfrentam. As situações são bastante complicadas e é preciso, efectivamente, dar respostas. A ACOSAL endereçou a esta Assembleia, ao Presidente da Assembleia, não tendo poderes para fazer discutir uma Moção, apresentou publicamente e ao Sr. Presidente, algumas opiniões para que se encontrassem, procurassem soluções, para os problemas de pobreza crescente e que estão a surgir, não só entre desempregados, famílias numerosas, mas também entre empresários. A situação não é fácil de gerir, há efectivamente problemas bastante graves e carecem de soluções. Eu estou perante o executivo mais rico do país, estou perante a Assembleia Municipal que gere o maior orçamento do país, não em volume de dinheiro mas, digamos, em riqueza na divisão por per capita e portanto, vocês têm muita, mas muita, responsabilidade por o que se está a passar no concelho. Não se pode fechar os olhos aos problemas e, nós fizemos uma proposta muito concreta de que se criasse um Gabinete de Crise que fizesse uma análise profunda dos problemas que estão a ocorrer. As associações que existem de carácter benemérito, não têm elas próprias capacidade para responder a estes problemas e, tanto quanto sei, a quantificação já atinge números verdadeiramente, digamos não assustadores mas, preocupantes. Portanto, nós não podemos ficar indiferentes aos relatos que aqui foram feitos relativamente ao que se passa na hotelaria, ainda agora estamos a sair de um Inverno bastante difícil, digamos que, se calhar, o mais tenebroso que eu próprio, como comerciante, já passei, não ganho para pagar a luz quanto mais para comer, não ganho para pagar a renda, o meu caso é um exemplo entre centenas. Evidentemente que vamos enfrentar um Verão que já está determinado, que vai ter enormes dificuldades, vão haver menos clientes e menos dinheiro para gastar, portanto, teremos efectivamente, um Inverno de 2009 para 2010 bastante dramático. E como eu disse hoje durante a tarde, numa reunião que houve para apresentar programas de apoio aos empresários, é preciso, de facto, prevenir. Esta Assembleia e o executivo camarário, têm a responsabilidade pública de eleitos de, efectivamente, cuidarem bem destes problemas e terem a capacidade de analisar os problemas, ter a frontalidade de os enfrentar e de os resolver. Esta é uma questão que fica aqui posta na medida em que existem possibilidades de ajudar o tecido económico de forma concreta e, essa forma concreta passa pelos impostos que a Câmara cobra, efectivamente ajudar os empresários, dar um sinal positivo aos empresários de que há condições para que eles consigam manter não só as suas famílias com vida, como também os seus empregados. Não vamos, de maneira nenhuma, deixar que a situação parta para situações de rotura e de conflito social, o que seria dramático. Não vamos pensar que, efectivamente, o concelho de Albufeira passa ao lado das crises, porque não passa, ela está aqui bem patente e como tal, eu gostaria, digamos assim, recomendar que esta Assembleia tivesse algum cuidado. Sei que vai ser apresentada uma proposta de constituição de um Gabinete de Crise e Análise da situação, e gostava que esta Assembleia manifestasse alguma sensibilidade por essa matéria. Outra questão que gostaria de levantar porque, efectivamente, não fazendo parte desta Assembleia não tenho o direito de falar no decorrer dela, falo agora, sei também que a Comissão que fez a análise dos dinheiros entregues à empresa Cavacos S.A. vai apresentar aqui um relatório de opiniões. Já

manifestei publicamente os meus pontos de vista, acho que, efectivamente, dez milhões de euros aprovados pelo executivo, de forma rápida, não são aceitáveis, não existem razões para esta empresa reclamar tal verba, que dá para resolver, muitos, mas muitos problemas do concelho e, portanto, eu penso que deve haver bom senso na análise deste problema, na medida em que esta empresa concorreu a um concurso público em confronto com outras e portanto, se não está satisfeita com o dinheiro que recebe, que aliás devia ter sido acautelado na medida em que foi feito por esta Câmara aquilo que mais nenhuma outra do país faz, um contrato de oito anos quando qualquer Câmara faz de um ou dois anos e gere o assunto na curta distância. Esta Câmara faz o contrato e abre, evidentemente, a clareira e o flanco a que existam este tipo de reivindicações, de que a cidade cresceu e que vale mais dez milhões para limpar o resto da cidade. Não há maior falsidade nisto, qualquer pessoa de bom senso apercebe-se logo que existe, de facto, qualquer coisa que não bate certo e, não batendo certo, espero que esta Assembleia tenha bom senso na decisão desta matéria. Há outra questão muito importante que eu quero pôr aqui. Tomei conhecimento hoje, estou a falar dos parques de estacionamento que servem a baixa da cidade. Os comerciantes têm todos razões para estarem altamente preocupados com maneira como este assunto foi conduzido. Gastou-se uma fortuna com o Programa Polis que, efectivamente, começou a casa pelo telhado. Destrói trezentos e sessenta e dois lugares, contados por nós, e constrói noventa. Ora, esta matemática, não sei a quem é que serve, aos comerciantes e à população da baixa, não serviu de certeza. Para além deste problema todo, acontece que os parques previstos foram sendo adiados de forma incrível, apesar de há dois anos atrás ter dito ao Sr. Presidente da Câmara que ele tinha a obrigação de usar bem os dinheiros que nós pagamos e como tal, tinha a obrigação de fazer o parque de estacionamento P6, no topo da Avenida da Liberdade, e a questão ficou exactamente prometida que em Outubro desse ano arrancavam as obras. Não arrancaram, curiosamente só arrancaram este mês de Janeiro para, efectivamente, acabarem em Setembro. Mas acontece que já estamos no fim de Fevereiro e não se vê obra feita e hoje, por acaso, tive no parque e fiquei a saber que afinal existem alterações de projectos, a um projecto inicial que já foi feito há não sei quantos meses ou anos. Isto é de facto incrível! Revela desrespeito pelos comerciantes que neste momento têm o tumor de que efectivamente não vão estar servidos de parque de estacionamento mais um Verão e aquele que se afigura o pior deles todos, na última década. Ora, isto é dramático e alguém tem de ter responsabilidade no que está a fazer, porque nós, efectivamente, vamos pagar uma factura muito pesada. E fica aqui o aviso de que, efectivamente, nós vamos querer que haja uma solução plausível, aceitável. Isto é, ou se começa a obra e existe um piso pronto para nos servir, dando-nos pelo menos os mesmos lugares que tivemos no ano passado, ou então não se começa, porque neste momento estamos numa obra prevista para nove meses, já se passaram dois, faltam sete, é evidente que vamos passar o Verão sem parque. Não pode ser! Nomeadamente começou também o do Inatel mas, nas mesmas condições. A baixa não pode ficar, efectivamente, privada de quase quinhentos ou seiscentos lugares de estacionamento. Isto é dramático. Já que vamos ter um Verão péssimo, é evidente que sem estacionamento estaremos muito pior. Ora, esta Câmara Municipal não pode gerir

os problemas assim. Não pode, porque efectivamente a baixa tem sido altamente sacrificada, está praticamente arruinada, até os restaurantes das zonas mais nobres já têm de fazer 10% de desconto, oferecer garrafas de vinho, vender sardinhas a dois euros e setenta e cinco. Mas onde é que nós vamos parar? Que turismo é que escolheram para Albufeira? Afinal de contas, que resultados é que nós vamos ter daqui a alguns anos para os nossos filhos? Os nossos negócios não nos matam a fome a nós, como é que vão cuidar da educação e da vida, com dignidade, dos nossos filhos? Não vão de certeza absoluta. De certeza que o rumo que Albufeira está a tomar não é o melhor. Obrigado. Boa noite. -----

Presidente da Câmara – Boa noite a todos, quero cumprimentar os elementos da Assembleia Municipal e também os munícipes. Em relação ao I mortal, o que se passa com o I mortal é uma situação que eu tenho acompanhado desde há algum tempo. Há uns meses atrás, um Membro da Assembleia Municipal, a Dr.^a Cristina, aqui presente, teve no meu Gabinete com algumas pessoas aqui presentes, o Paulo e o Carlos, e levantaram as questões sobre o I mortal. O I mortal é uma instituição num todo. O I mortal tem história e tem história no basquete, mas a primeira questão que é preciso se resolver é no âmbito da direcção e da instituição I mortal. E obviamente, a Câmara Municipal faz os contratos com a instituição e não pode fazer contratos com as secções. É evidente que eu, dentro do quadro legal, não me importo de assinar o protocolo com o I mortal, se isso for possível, de fazer essa separação mas, o que eu queria era que no quadro da instituição, se encontra-se primeiro a forma de eu poder fazer esse contrato-programa. É que neste momento, o I mortal ainda não entregou os elementos que são exigidos para a feitura de um contrato-programa e a Câmara Municipal, com alguma frequência, é solicitada por diversas entidades, a enviar todos os documentos que tem em relação aos clubes e em relação aos contratos que faz. Portanto, esta era a primeira questão. Era procurar resolver o problema dentro da instituição e depois, a nossa parte, como sempre, é preciso que também se diga, porque a nossa disponibilidade, que tem a ver com transportes, com a disponibilidade de pavilhões que não tinha, tem a ver ainda recentemente com uma situação de emergência num pavilhão, que não é da Câmara, é do I mortal mas que, deliberamos uma verba para fazer alguns arranjos e inclusive, aquele pavilhão, não tem condições no futuro e presentemente tem poucas, passa a ter com a construção do novo pavilhão e depois até com o dos Olhos d'Água, haver uma distribuição dos equipamentos para a prática da modalidade. Primeira questão é, obviamente, a disponibilidade da Câmara a encontrar as soluções, porque nós acompanhamos e sabemos dos resultados. E independentemente dos resultados, a prática desportiva sempre foi e, é para nós, fundamental, tanto mais que os investimentos que temos feito na área do desporto são evidentes, nomeadamente as Ferreiras em termos de futebol e outros em termos de pavilhões. Eles estão no terreno. A primeira questão é, o nosso apoio e a nossa disponibilidade, mas a instituição tem de se organizar. E eu, em termos da Câmara Municipal, precisamos de receber toda a documentação que faz falta para o contrato-programa. A segunda é, dentro do quadro e verificando a legalidade, o cheque tem de ser ao I mortal, sempre, no entanto eu não me importo que sejam dois ao I mortal, com a diferença de uma semana, isso tem de ser enquadrado, mas eu preciso que o I mortal

se organize num contexto do quadro legal. Houve sempre da parte da Câmara Municipal, e eu tenho falado com algumas pessoas que aqui estão, com o Tito, com a Dr.^a Cristina, a procura de soluções. A Câmara não se pode substituir à secção de basquete do Imortal, quando a instituição tem estatutos e tem regras. Da minha parte e da parte da autarquia, o que posso transmitir é a disponibilidade em colaborar convosco, dentro deste quadro, como temos feito sempre, quer em termos institucionais como fazemos e, muitas das vezes, em termos particulares, situações que se têm conseguido, através de apoios que o Imortal tem recebido para a prática e para a secção de basquete. Mas o quadro agora é exactamente esse, é um quadro de organização e obviamente no âmbito do contrato-programa a minha disponibilidade e, da autarquia, para poder trabalhar convosco nesse sentido, eu próprio estou disposto a falar convosco e com a Doutora, como tenho feito outras vezes, porque nós queremos fazer parte das soluções e não dos problemas. Como vocês sabem, penso que isso é claramente uma das nossas formas de intervenção e portanto, como quiserem e quando quiserem e noutro sitio onde isso possa ser feito de forma e em termos de clarificar dos procedimentos, já sabem da parte da autarquia essa disponibilidade é total. É isso que eu tenho para dizer em relação ao Imortal. Eu entendo e percebo. A Câmara entende e percebe. Vamos tentar encontrar a forma, porque as instituições têm direcção e primeiro temos de organizar as coisas aí e, se isso não serve, as instituições têm de trabalhar noutro contexto. Só a partir da resolução dessa primeira parte é que nós podemos entrar no outro procedimento. Sobre a segunda intervenção, do Sr. Cândido, sobre a situação da hotelaria e dos trabalhadores. Obviamente que é uma situação mais de fundo, apenas o que eu posso dizer é que tenho tido algumas reuniões com alguns empresários de hotelaria porque, obviamente, também me preocupa essa situação. O facto é que eles próprios têm mostrado, por parte dos operadores do destino de onde os clientes vêm, com problemas difíceis de enviar clientes, contratos que tinha feito e que alguns estão a cancelar, quer de hotéis, quer de moradias. O valor da libra, o cambio, são factores que muitas das vezes ultrapassam até a vontade, independentemente de haver alguns questões que o Senhor conhece melhor do que eu, através desses contactos. Mas o facto é que, também sei que há hoteleiros e empresários, que a muito custo tentam mater todos os postos de trabalho que têm, isso tem me sido garantido. O Senhor Carlos Ventura, que já se foi embora. Por vezes é fácil, quem está aqui, quem não conhece a forma de intervir. O Sr. Carlos Ventura sente-se injustiçado com uma situação que lhe aconteceu há quinze, dezasseis anos atrás. É muito difícil, já temos dito várias vezes para ele especificar e provar. É muito vago estar a intervir da forma como ele levanta as questões e esta última então, nem faz sentido qualquer resposta. Sr. Firmino, eu acho que o Senhor tem toda a razão, se é assim como disse. Acho que é inadmissível. Eu peço desculpa, porque há aqui questões que têm a ver com delegações de competências. Tem a ver com questões que nem sempre o Presidente tem acesso às cartas porque são áreas que estão delegadas. Eu posso-lhe garantir que amanhã, o Vereador que aqui está, vai saber desta situação, porque não faz sentido, passado este tempo não tenham feito a ligação, tanto mais que a verba está lá. Eu peço-lhe desculpa nesse contexto. As outras questões políticas, de falar com o Belmiro e não falar consigo, isso não posso aceitar, até porque nunca falei

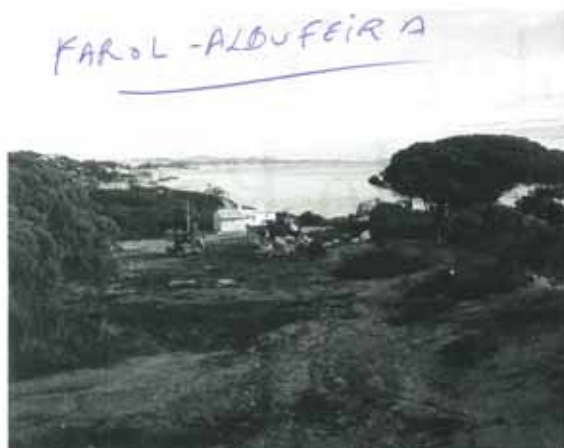
com o Belmiro na vida, nem sequer tenho uma relação com o Belmiro. Mas qualquer das maneiras, sobre o facto concreto, eu acho que tem razão, só lhe peço é desculpa e espero que o Vereador amanhã possa perceber bem o que se passa, porque isto já não faz sentido nenhum em nenhuma circunstância. O Sr. Luís Alexandre, obviamente que as suas intervenções incisivas, são importantes, são vivas, algumas com contexto, é verdade, mas outras têm alguma dificuldade porque a Câmara Municipal e os autarcas do concelho de Albufeira, estão atentos às questões e portanto, não estão desatentos. Há realidades que nós abordamos todos os dias. Há realidades que nós conhecemos, e há realidades que nós conhecemos porque falamos com muita gente, há muita gente que vai falar connosco com situações num contexto de dificuldades, nós temos os serviços sociais a funcionar, nós temos processos, nós temos regulamentos, nós temos apoios consideráveis, nós temos uma série de áreas a trabalhar para minimizar essas questões. E temos, obviamente, o trabalho com as IPSS e com outras estruturas. Ainda esta tarde eu identifiquei algumas das situações ainda este ano e vem hoje à Assembleia para dar um sinal que é, a isenção da taxa de publicidade no município durante o ano de 2009. Esse é um sinal também positivo. Por outro lado, foram dadas e sempre foram mas de uma forma mais incisiva, indicações para que todas as facturas sejam pagas em tempo útil, no mais curto prazo. Que haja uma preocupação, dentro do quadro legal, de privilegiar tudo o que são pequenas, médias empresas, ou até empresários individuais do concelho de Albufeira. Esse é um indicador que os serviços procuram sempre ter como base. Portanto, diria que, são situações que nós vamos no dia a dia trabalhando. Em relação aos parques de estacionamento, o Senhor sabe e essas matérias estão todas escritas, que a questão do parque de estacionamento tem a ver com uma questão que o Programa Polis definia como dois parques de estacionamento em termos de complementaridade. Ou seja, nenhum deles era obrigação da Sociedade fazê-los, qualquer deles eram investimentos complementares. E sabe perfeitamente que, em relação ao parque de estacionamento do Inatel, foi aberto um concurso, foi impugnado judicialmente por um dos concorrentes e depois foi todo um processo em que o próprio Inatel moveu uma providência cautelar. Inicialmente a avaliação era de setecentos e setenta mil euros, a Câmara teve que entrar com dois milhões e cerca de duzentos mil porque houve uma exigência do Tribunal e depois deste processo todo é que se conseguiu que houvesse um empreiteiro que pegasse na posição daquele que foi o vencedor do concurso para o fazer. E quero lhe dizer que, este empreiteiro que está a fazer o parque de estacionamento por conta e risco em termos do investimento total da empresa, de mais de um milhão e duzentos mil contos, cerca de seis milhões de euros, obviamente que, numa situação de crise e numa situação complicada, com dificuldades de financiamento que as empresas atravessam, eu só espero que a empresa consiga fazer a obra, consiga assumir os seus compromissos e consiga fazer o parque de estacionamento. Em relação ao P6, aconteceu a mesma coisa, houve só um candidato a fazer aquele parque de estacionamento no âmbito do concurso, essa empresa depois de muito tempo acabou por dizer que não estava em condições, tentou-se que outra empresa ficasse com a posição, não se conseguiu, também era um investimento de cerca de cinco milhões de euros, então foi necessário fazer com que os terrenos que a Câmara tinha cedido à

Polis, até por decisão desta Assembleia Municipal, fossem remetidos para a Câmara para a Câmara abrir os procedimentos para avançar com o concurso público. E o que acontece com as questões da dificuldade do início da escavação é porque, quando se começou a trabalhar para a escavação fizeram-se várias sondagens de estaca e a proximidade e a diferença das características do solo, porque num dava rocha, noutro dava barreira, ou seja, uma diferença que os cálculos de estabilidade tiveram de ser adaptados à natureza dos terrenos. Porque a estabilidade tinha sido feita em função das sondagens que tinham sido feitas, ao fazer outras para avaliar o terreno apareceram outros tipos de características e esse é o processo que está a ser neste momento acertado, que já está acertado e, daquilo que sei, rapidamente entrará o processo em fase de escavação. Estas são as respostas e aquilo que eu queria deixar aqui em termos das questões que me foram levantadas por parte do público. -----

O Presidente da Assembleia Municipal dá por encerrado o Período do Público e dá início ao Período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Fernando Neves - Queria apenas colocar aqui duas questões. A primeira seria em relação a uma obra que está a ser efectuada junto ao farol, que muito me surpreendeu, na medida em que já havia lá duas e agora aparece uma terceira numa situação bastante caricata. No nosso ponto de vista, até as outras não deveriam ter sido autorizadas. Aquilo está em cima do mar, não se compreende como é que a Câmara autoriza uma construção daquele tipo. É o nosso entender em relação a isto. A outra situação que queria aqui deixar também, é dos abusos que estão a ser feitos em S. Rafael, nos Arrifes. O Sr. Carlos Saraiva continua "quero, posso e mando" e então cortou acessos pedonais para a praia dos Arrifes, impedindo as pessoas de circularem a pé como deveriam circular lá. Fez uns muros em pedra e alterou os acessos. Gostava que o Sr. Presidente dissesse alguma coisa sobre isto. Aliás, isto vem na sequência do que foi feito em 2005, também pelo Sr. Carlos Saraiva, em relação a S. Rafael, com o derrube de uma arriba e o caminho aberto para uma praia, não sei se se recorda dessa situação, por isso é que eu digo que o Sr. Carlos Saraiva continua a fazer o que quer e lhe apetece apesar de reclamações que têm sido feitas por particulares que lá moram, eu até tenho aqui uma fotografia que se tirou em relação a essa situação, se for preciso entrego ao Sr. Presidente para ter conhecimento da realidade (doc.1). -----



O grupo hoteleiro de Carlos Saraiva vedou o acesso pedonal que dá acesso à praia de São Rafael. PCP está contra este atentado ambiental

Carlos Saraiva volta a atacar em Albufeira

Muros em São Rafael

Os condóminos da velha urbanização voltam aos protestos, acusando o grupo hoteleiro de Carlos Saraiva de vedar o acesso pedonal na arriba, em domínio público marítimo, para conseguir ter uma praia só para uso do novo hotel, construído em condições muito polémicas. Assim se descaracteriza a orla costeira algarvia, com o aval do Governo e o apoio do PSD na autarquia, protesta o PCP.

Por correio electrónico, para a nossa redacção, e com publicações em blogs ou em alguma

imprensa online regional, este caso prolonga-se desde há alguns meses, mas não tem encontrado eco entre os esquilos que vão alumiando os escuros labirintos da convivência entre o poder económico e os políticos do sistema.

A luta dos proprietários da urbanização de São Rafael, contra os desmandos do grupo Carlos Saraiva (CS Hotéis), vem desde Agosto de 2003 e foi objecto de reportagem no *Avante!* em 2005 (6 de Outubro). Entre outros episódios, em Dezembro último, após os feriados do início do mês, foi denunciada a realização de

terraplanagens e destruição de coberto vegetal, no âmbito das obras de edificação de um novo hotel, a 500 metros da praia, em espaço que faz parte do domínio público marítimo. Além da terraplanagem, que alargou o espaço circundante do hotel até junto do miradouro, junto ao mar, estavam a ser colocados blocos de pedra que cortavam a circulação pedonal no caminho que liga as praias de São Rafael e dos Arrifes (suscitando a intervenção do SEPNA da GNR, como relatou o *Público*, a 14 de Dezembro). Com pedras semelhantes, estavam já construídos muros de suporte do aterro que foi erguido, devido à elevação da construção, três pisos acima do solo e dois inferiores, o que ultrapassa o legalmente estabelecido, que prevê naquela zona apenas quatro pisos.

Segundo relatam os moradores, o *rés-du-chão* do hotel «deve estar a quatro metros de altura em relação à estrada». «O problema é que as caves não contam como área de construção e aqui a cave terá sido elevada artificialmente, para passar a contar como *rés-du-chão*», informou, na altura, um residente, lamentando que o desfecho destes casos passe normalmente pela «legalização de ilegalidades».

Passado um mês, os relatos já davam por consumado o corte do caminho pedonal na arriba (que também é algumas vezes referida como falésia). «Descobri que já não se passa a pé entre as duas praias devido aos muros de pedra. O corte foi feito a partir da velha estação elevatória de esgotos, estando o muro junto da falésia que desce para o mar. Não se consegue aceder aos pinheiros do lado Nascente, apenas do lado Poente», contava um dos condóminos, a 15 de Janeiro. «Eu nem contesto os enormes

muros que alteram, para sempre, a fisionomia do local. Apenas relemo o direito de passar a pé ao longo da falésia entre a praia dos Arrifes e São Rafael», acrescentou o morador.

Inverdades de luxo

Todas estas situações foram, entretanto, denunciadas pelos moradores da urbanização de São Rafael à Capitania do Porto de Portimão, que, no dia 9 de Janeiro, respondeu da seguinte forma: «As pedras que haviam sido colocadas nos acessos, na realidade, protegem as arribas evitando a circulação de viaturas, estando, todavia, bem fora do espaço de Domínio Público Marítimo (DPM)».

No entanto, esta certeza parece não responder à verdade, uma vez que o DPM, segundo o Decreto-lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, estabelece que os leitos têm que ter uma largura mínima de 50 metros, adjacente ao limite alguma vez atingido pelas suas águas (margem), o que não acontece com o hotel de luxo. Outro curioso relato refere que, quando de uma nova ida dos agentes da SEPNA ao local, perante as queixas de corte do caminho na arriba, terão deparado com uma operação de última hora: o muro, nesse troço, tinha sido coberto com terra, dando a ilusão de estar assegurada a passagem pedonal. Para os autores dos protestos, é de crer que está em marcha mais uma tentativa do Grupo Carlos Saraiva, para garantir acesso exclusivo do novo hotel à praia. Isto também poderá ocorrer devido à erosão, provocada pelas chuvas, no local que em 2005 foi rompido pelas máquinas do empreendimento.

PS e PSD com os grandes grupos económicos

PCP denuncia atentado ambiental

A Comissão Concelhia de Albufeira do PCP manifestou-se, esta semana, mais uma vez, contra este atentado ambiental em São Rafael.

«Não é a primeira vez que o grupo promotor desta unidade hoteleira comete este tipo de atentado, visto que em 2005 tinha cortado a duna para fazer um acesso privado para a praia, ao serviço do futuro hotel», recordam os comunistas, lamentando, novamente, «o desbravamento da mata e o corte de caminhos públicos de acesso à praia e à falésia, junto ao mar, com a construção de muros de pedra até à Praia dos Arrifes, caminho cortado pelas obras de mais uma unidade hoteleira, construída naquela zona, contrariando o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, aprovado em 2007, e que teve a concordância de eleitos do PS e do PSD nas assembleias municipais, onde apenas o PCP se opôs».

Esta situação, adianta a Comissão Concelhia de Albufeira, «demonstra que

as opções políticas do PS e do PSD são as mesmas e ao serviço dos grandes grupos económicos».

«A autorização destas construções, que descaracterizam toda a orla costeira, têm o aval do Governo e o apoio do PSD no executivo municipal (de Albufeira) e vem demonstrar que ambos os partidos estão sempre de acordo, quando toca a trocar o interesse público pelo privado e, se se tratar de grandes grupos económicos, como é o caso, de nada interessa que se esteja a destruir a orla costeira: em nome do turismo destrói-se habitats naturais e arrifes», acusam os comunistas.

«Se o PS e o PSD julgam que ao destruir o património natural vão possivelmente trazer mais turismo, estão enganados. Com o pretexto de favorecer o turismo, constrói-se e descaracteriza-se todo o concelho de Albufeira. Isto são medidas avulsas e sem qualquer tipo de planeamento, que vão tornando toda a orla costeira num bloco de cimento armado», alertam ainda.

Presidente da Câmara – Sr. Neves, sobre a obra do farol, confesso que não tenho informação, não tenho ido para aquele lado. Preciso de informação para lhe responder e não a tenho. Sobre a questão de S. Rafael, também li esse artigo no jornal e também alguns emails, inclusive o Vereador do Partido Socialista, o Dr. Fernando Anastácio, levantou uma questão dessas numa reunião de Câmara e eu mandei verificar pela fiscalização, tudo o que se passava em relação a essas informações. E a informação que tenho lá é que, toda a execução feita, naquilo que dizia respeito ao projecto aprovado, estava de acordo com o projecto aprovado. A questão dos muros e dessa parte de ajardinamento, está na zona de protecção relacionada com a gestão da CCDR. A própria CCDR, através dos seus técnicos, estiveram no local, acompanharam a obra e portanto, diria que, essas indicações foram, de certo modo, depois dadas e acompanhadas em função da gestão da CCDR. Em termos práticos, o projecto cumpre aquilo que foi aprovado. E foi aprovado porquê? Porque houve exigências, na altura, da CCDR e foram cumpridas em projecto. A gestão daquele território, daquele espaço, tem que ter autorização e informação da própria CCDR. Neste momento, o que lhe posso fazer chegar, é a informação que recebi da fiscalização, de acordo com uma questão que me foi colocada nos mesmos termos que o Sr. Fernando Neves está aqui identificando. Foi essa que eu transmiti também ao Dr. Fernando Anastácio e ficou em reunião de Câmara. -----

Fernando Neves – Sobre a obra que está a ser feita no farol, eu posso lhe dar todos os dados porque está lá o alvará passado pela Câmara. De momento não tenho aqui porque não tirei nota, mas posso ir lá e tirar o número. No dia que eu lá estive, estava uma máquina lá em baixo que, digo-lhe francamente, se trabalhasse com aquela máquina nem me atrevia a ir para lá com ela, estava sujeito a cair no mar. Admiro-me muito o Sr. Presidente não ter conhecimento desta obra. Não pode saber de tudo mas, E está num sítio onde já não deveria ser permitido obras daquele tipo. Por baixo do farol, está lá uma obra, não sei de quem é mas, se o faroleiro existisse já não via o farol, a obra tapou o farol. É terreno particular, tudo bem, mas não estou de acordo que a Câmara autorize construção naquele sítio. No meu ponto de vista é uma vergonha o que lá está, aquelas construções dentro daquele sítio onde elas estão. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para consulta. – Terminada a leitura da correspondência o Primeiro Secretário da Assembleia dá início à Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 29/04/2008; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----
 Votos a favor: vinte (20) Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Maria Perpétua Ramos, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, José Cabrita, Fernando Neves, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Fernando Gregório e Berto Palma. -----
 Ausências: cinco (05) Carlos Silva e Sousa, Miguel Mesquita, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Francisco Guerreiro. -----
A acta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----
 Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Primeiro Secretário passa ao ponto seguinte. -----

O Presidente da Assembleia regressa à sala. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, da Declaração de Interesse Público Municipal a actividade de reparação de motociclos e ciclomotores – ampliação de construção existente, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto. -----

É um requerimento dirigido pelo Sr. Leonardo Manuel da Cruz Arez Canhoto, que justifica o seu pedido com a necessidade de ampliação de uma oficina que tem na zona das Fontainhas, a seguir a Torre da Mosqueira. Justifica isto com a necessidade legal de criação de espaços e compartimentos para armazenar os produtos de forma diferenciada, desde os óleos a pneus, embalagens contaminadas, sucata, águas de lavagem, pavimento, plásticos, etc. Isto é um prédio urbano, tanto quanto me é dado ver da passagem que faço ali, e que há uma necessidade uma vez que aquilo está inserido numa zona de reserva agrícola. No fundo é isto. Está aberto á discussão este ponto. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Maria Perpétua Ramos, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, José Cabrita, Fernando Neves, Vítor Neto, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Fernando Cabrita -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da desafectação do domínio público municipal de troço de arruamento com 2.289.30 m² – alteração de Alvará de Loteamento n.º1/2000, com Aditamento em 26/10/2008 – St.ª Eulália, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Calhau – Nós estamos perante uma área pequena mas, de qualquer maneira, tendo em atenção o que se pretende, em nosso entender, deveria haver alguma contrapartida para a Câmara e não encontramos. -----

Presidente da Assembleia – Eu sinceramente, sem pôr em causa a bondade do pedido, não vejo qual é a utilidade disto pertencer ao município mas, também, penso que há aqui alguma vantagem a ser concedida. Em regra, não sei até que ponto é que não poderia haver aqui qualquer, enfim, se isto é um benefício que vai resultar para estes Senhores, não possa haver uma contrapartida. Tenho aqui alguma duvida também, quanto à questão de, e tanto quanto me é dado ver apenas naquilo que aqui tenho, em relação ao seguinte, isto dá acesso a vários lotes e eu não estou a ver bem como é que eu vou retirar do uso público algo que dá acesso a vários lotes. Há de haver uma explicação melhor do que aquela que temos aqui. Isto vai pertencer a quem? Ao dono dos lotes? O loteador não é necessariamente o dono dos lotes, até pode deixar de ser, por venda, etc. eu tenho algumas dúvidas em relação a isto. Não quer dizer que não haja melhor informação a nível de Câmara, eu pessoalmente tenho dúvidas. Talvez, não fosse mau que os serviços nos informassem melhor, porque isto posto só assim, desafectar do domínio público para a esfera privada só assim no loteamento, eu sinceramente não me sinto habilitado a decidir. Penso que deverá haver outras justificações que justifiquem este tipo de solicitação. -----

Francisco Oliveira – De facto, isso parece estranho já pela contrapartida, porque geralmente quando se fazem esses alvarás há sempre uma contrapartida. Parece estranho, como é que se faz um loteamento em que depois falta a rua de acesso a determinado tipo de lotes. Há qualquer coisa aqui que não está a jogar muito bem, se eu estarei a entender. Ou seja, fez-se um loteamento com determinado número de lotes e chegou-se à conclusão que, de facto, falta estrada para dar acesso a esses mesmos lotes, indo agora buscar ao domínio público esse terreno, que poderá até ser terreno de via e portanto, ser do domínio público. Mas o mais estranho aqui é que, tudo começou pela base, ou pelo início do projecto, que na verdade não se coaduna com aquilo que, efectivamente, deveria ser, ou seja, as infraestruturas deveriam ter acesso ou dar acesso a todos os lotes. Por isso concordo plenamente que se deva retirar o ponto para uma informação mais precisa, de como o projecto foi iniciado e como foi aprovado e em que termos é que o arruamento tem de ser alargado. Tenho dito. -----

Fernando Neves – A CDU em relação a esta situação, a nossa posição é idêntica, é estranho porque na planta indica que isto é mesmo para acesso aos lotes. Na nossa opinião, a proposta deveria ser retirada até melhor informação sobre o que se passa lá

para melhor deliberação. A CDU concorda que se retire da ordem do dia para analisar melhor e que a Câmara pudesse tirar contrapartida em relação a esta situação. -----

Presidente da Câmara – o que me parece é que os elementos que foram enviados não são suficientemente esclarecedores em função daquilo, porque isto é um alvará de oitenta e tal, que depois foi alterado, e quilo que aqui está é apenas uma planta final de um processo que tem história, que tem outro desenvolvimento. Penso e aceito que o que aqui está é insuficiente para uma análise. -----

Presidente da Assembleia – Eu proponho, então, à Assembleia que se retire este ponto e que seja remetido de volta à Câmara Municipal para que nos devolva devidamente instruído. -----

VOTAÇÃO: RETIRAR O PONTO DA ORDEM DO DIA -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Maria Perpétua Ramos, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, José Cabrita, Fernando Neves, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da I senção do pagamento mensal dos vendedores ambulantes e comerciantes do mercado de Areias de S. João, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Ricardo Clemente – Queria deixar uma chamada de atenção. Quem assina é Desidério Jorge Silva, mas julgo não ser a sua assinatura que aqui está, julgo ser a assinatura do Vereador António Gonçalves. Era só uma chamada de atenção para que exista algum cuidado na entrega destes documentos. -----

Presidente da Assembleia – Falta o P. tem toda a razão. Na proposta em si já está correcto. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Maria Perpétua Ramos, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, José Cabrita, Fernando Neves, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto

Palma e Francisco Guerreiro. -----
 Ausências: zero (00) -----
A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público de higiene Urbana – Abril 2005/Fevereiro 2013; - alteração do montante; -----
Presidente da Assembleia – Este ponto seis é um ponto que já vem sendo longo. Tenho aqui uma primeira análise deste ponto, o que eu penso sobre o assunto. Se não se importam, passarei a ler (doc.2). -----

Veio este assunto à Assembleia Municipal, deliberou – se que o mesmo fosse retirado, por falta de melhores elementos e melhor clarificação, questões designadamente quanto à legalidade, e para tal nomeou - se uma Comissão desta Assembleia.

No âmbito dos trabalhos a Comissão fez uma série de perguntas, que mereceram respostas dos serviços, em alguma medida mais esclarecedora do que inicialmente.

Em relação ao **parecer jurídico de 9/01/2009** e seguindo a ordem e numeração do mesmo, o qual foi feito em relação a questões formuladas pela Comissão, há que tecer os comentários seguintes:

PERGUNTA DA COMISSÃO, DESTA ASSEMBLEIA:

“3- (...) sobre a legalidade da revisão de preço e/ou acréscimo de trabalhos relativamente ao ano de 2005, ou seja, desde o início do contrato e deverá ser explicado o motivo da acumulação de revisões de preços supostamente devidas, e não facturadas, durante vários anos seguidos?

Em suma justificar porque não foi feito em devido tempo.”

Em resposta, o parecer jurídico detém – se na questão da “admissibilidade da modificação da fórmula de revisão de preços”, O que por deliberação 18-09-2007 da Assembleia Municipal

não foi autorizado, contra a opinião do parecer jurídico que antecedeu aquela deliberação.

Sem que lhe tivesse sido feita agora a pergunta, vir dizer que *«assim, e até para efeitos da obediência ao princípio da legalidade, parece – nos, que haveria de se alterar a fórmula estabelecida no caderno de Encargos, que contrariava a que se estabelecia no diploma a que temos vindo a fazer referência.»*, não adianta nada a uma deliberação tomada há mais de um ano pelo órgão deliberativo do município, ou seja, por esta assembleia.

Embora se compreenda que a senhora jurista mantenha a sua opinião, vir agora repetir argumentos sobre questão já deliberada em Setembro de 2007 e sobre a qual ninguém colocou agora qualquer questão, não nos esclarece as questões actuais e que são outras.

Quanto às questões ora formuladas, o parecer nada diz. Ora as questões colocadas pela Comissão são pertinentes.

PERGUNTA DA COMISSÃO, DESTA ASSEMBLEIA:

4. c) “... é legal que agora os mesmos venham a ser pedidos? Qual o prazo de emissão de uma factura após a prestação do serviço? Qual o limite de tempo para pagamento após a facturação?

Em resposta, o parecer jurídico vem dizer que « a proposta do actual adjudicatário apenas determina que até ao dia 15 de cada mês seria apresentada à Câmara Municipal de Albufeira, factura correspondente ao serviço executado no mês anterior, cujo pagamento seria feito no prazo máximo de 60 dias, a contar da data da sua entrega.”

Diz – se, depois em conclusão que:

“Ou seja, o limite de tempo para pagamento é de sessenta dias após a emissão da factura, não havendo, assim, qualquer limite de tempo para emissão de facturas após a execução dos serviços. No caso em apreço, não há, quanto a nós, inconveniente legal que sejam agora apresentadas facturas referentes a trabalhos já executados, existindo, após a sua emissão, a obrigação de proceder à sua liquidação no prazo de sessenta dias.”

Ora se a proposta do adjudicatário vale para concluir que o pagamento deve ser feito no prazo de 60 dias após a emissão da factura, conclusão correcta nos termos configurados pelo parecer, usando o mesmo critério também terá de valer quanto à questão do limite de tempo para emissão das facturas;

mas aqui, já se afigura de todo contraditória a conclusão quanto ao limite de tempo para a emissão de facturas, já que na proposta do adjudicatário se diz até ao dia 15 de cada mês seria apresentada factura correspondente ao serviço executado no mês anterior e na conclusão se diz não há qualquer limite de tempo para emissão das facturas após execução dos serviços.

Fica – se sem perceber o parecer, porque é contraditório em si mesmo e sem qualquer segurança na resposta dada.

PERGUNTA DA COMISSÃO, DESTA ASSEMBLEIA:

11- “parecer jurídico dos serviços técnicos da CMA da introdução de uma época intermédia”

Refere o parecer jurídico que na norma concursal é admitido «pontualmente» o reforço de serviços na época baixa, de forma a que tais reforços não se reflectam nos preços.

A introdução de uma época intermédia, deixa de ter carácter pontual, e como tal deverá ser paga.

Mas adianta que « ***apenas os serviços de carácter inesperado e que impliquem efectivos ou permanentes que se traduzam em aumentos de despesa, poderão ser acrescidos ao valor mensal***».

Justifica a introdução da época nova, «***pela necessidade de prestação de trabalhos superiores às que haviam sido inicialmente previstos, prende -se com um aumento inesperado das necessidades de limpeza, motivado, por um lado, pelas obras da Polis e por outro, por um acréscimo inesperado de visitantes nos locais alvo das limpezas (resultante da realização de espectáculos, exposições, feiras e outras actividades de carácter cultural e turístico).***»

Que se justifique esta questão com a necessidade de prestação de trabalhos superiores às que haviam sido inicialmente previstos, é uma explicação aceitável, mas que, contrariamente ao que a seguir se pretende, aponta mais para um erro de previsão inicial, do que para uma questão de imprevisibilidade; o Polis era imprevisível (?) ou os visitantes? Tenho dúvidas.

Quanto aos espectáculos, exposições ou feiras, esses sim seriam imprevisíveis, ou pelo menos alguns, mas de

carácter não permanente e sobre estes não será verdade que não pode haver aumento de despesa?

Fico com dúvidas, sem desmerecer que as limpezas que têm vindo a ser efectuadas têm sido as adequadas, porque de facto, tanto quanto sei, a nota a atribuir à qualidade da limpeza é francamente positiva.

O que me parece é que há que esclarecer melhor este ponto.

PERGUNTA DA COMISSÃO, DESTA ASSEMBLEIA:

13. O aumento de 7.445.454,21 € relativamente ao contrato assinado, ou seja, um aumento de sensivelmente 27% em apenas 3 anos. Isto é admissível do ponto de vista legal e das regras da contratação pública?

Na resposta, o parecer jurídico invoca o art. 19º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho, o que seguramente é um lapso, dado que tal disposição se refere a seguros.

Deveria querer referir-se ao art. 21º do dito diploma.

Contudo, passe o lapso, afirma não haver um limite imposto para o montante de despesa autorizada, da interpretação do dito art. 21º, o que nos transmite alguma segurança quanto à legalidade da eventual deliberação a ser tomada.

Quanto à resposta do DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, de **12-12-2008**, às perguntas da **Comissão desta Assembleia**, em traços gerais e à semelhança do parecer jurídico supra mencionado, vem esclarecer muito mais do que inicialmente sabíamos, mas ainda não totalmente.

Gostaria de enaltecer o trabalho da Comissão que reuniu cinco vezes, tendo a última reunião tido a participação de técnicos municipais, com todo o respeito pelos Senhores Membros da Comissão, a sua Proposta de Recomendação, para além de manifestarem ***a falta de entendimento quanto ao sentido de voto a recomendar à Assembleia e que cada um vote em conformidade com a posição que entendem ser a que melhor defende os interesses do município***, parece – me ser insuficiente, porque não obstante poder ser salutar a divergência de opinião, o mesmo não posso dizer quanto à falta de opinião e na verdade, eu esperaria que os fundamentos concordantes ou discordantes estivessem devidamente escritos para que eu, ou qualquer um desta assembleia, se sentisse apto a optar por esta ou aquela fundamentação.

Ora se a própria Comissão não fundamentou a sua proposta, neste, naquele ou em vários sentidos possíveis, não penso que qualquer membro desta Assembleia esteja apto a deliberar em consciência.

Eu não estou apto a deliberar. Estou melhor informado do que estava, mas ainda não me sinto apto a deliberar em consciência.

Mas face à existência da proposta feita pelos Respeitáveis Membros da Comissão, entendi que não me caberia a mim em exclusivo tomar outra decisão, que não a de incluir o ponto, na ordem do dia.

De facto, não me sentiria bem em termos de correcção e lealdade para com os ilustres membros da Comissão, o Carlos Gabriel, o Rui Serôdio, o Ricardo Clemente e o Francisco Oliveira, de fazer diligências após ter tomado conhecimento da sua Proposta de Recomendação, sem o assentimento desta Assembleia.

Eu estou disponível para colaborar com a Comissão na obtenção de mais esclarecimentos e na preparação de um texto, que contemple, inclusivé diferenças de opinião, mas que fundamentalmente clarifique as questões a deliberar, do ponto de vista técnico e jurídico.

Parece – me razoável que esta Assembleia peça uma pouco mais de esforço e sacrifício de tempo aos Senhores Membros da Comissão de forma a poder ficar melhor clarificada.

Assim proponho que se delibere:

1.- Que a Comissão não se extinga e continue o seu trabalho, no sentido de produzir um documento que esclareça as questões de natureza técnica e jurídica, em relação à proposta em debate;

2.- Que a Comissão seja reforçada com o Presidente da Assembleia Municipal na participação dos seus trabalhos.

Albufeira, 26-02-2009

O Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira


Carlos Silva e Sousa

Portanto, eu estou disponível para trabalhar e ajudar a Comissão. Entendo que, de facto, a Comissão deve produzir um documento, com diferenças de opinião, com vários caminhos possíveis, mas deve produzir um documento, porque se não a Assembleia está na mesma. Eu sei que trabalharam, que reuniram, fui acompanhando e falando com vários membros da Comissão, mas só na parte final e é de certa forma compreensível, porque eu acredito que até hoje eles não estejam completamente esclarecidos e portanto, daí, se defenderem um pouco com o documento que fizeram. Eu acho que nisto cada um deve ter a sua opinião, ninguém é refém seja de quem for, mas ao tomar uma opinião deve tê-la pelo menos com opinião de causa. E eu também já passei os olhos pelo assunto, com cuidado e com algum sentido de tentar pôr esta Assembleia pelo menos, em consciência de poder deliberar da maneira em que entenda. Eu, pessoalmente, ainda não me sinto apto a tomar qualquer decisão e, disponibilizo-me a colaborar. Este sacrifício que eu peço aos membros da Comissão, eu também o vou fazer e trabalhar, se for esse o entendimento da Assembleia Municipal que é soberana nesta matéria. -----

Francisco Oliveira – Sr. Presidente, eu, depois de ter lido a sua declaração, concordo em pleno e gostaria só de fazer aqui uma referência à proposta de recomendação. A proposta de recomendação foi curta e grossa, perdoa-se-me o termo, não fundamentou exactamente pela diferença de opiniões que cada um de nós, membros da Comissão, tinha relativamente aos variadíssimos pontos. Havia quem achasse que estaria esclarecido quanto a uma questão, havia quem achasse que não estaria esclarecido quanto a outras questões. O fazer aqui uma proposta recomendação em que se dizia que o Membro “A” aceitaria que o ponto A, B, C ou D estaria esclarecido e que outros pontos não estariam esclarecidos, iria dar ao mesmo, e portanto, a devolução à Assembleia Municipal de forma aberta para que a Assembleia pudesse decidir nesse sentido. Eu acredito que, depois de cinco sessões de trabalho, isto pareça parco, pareça muito pouco, mas na verdade não se poderia fazer outra coisa, porque por um

lado não houve entendimento quanto às questões, o esclarecimento que foi dado, como o Sr. Presidente diz e muito bem, elucidou-nos um pouco mas não nos retirou as dúvidas na sua totalidade, nem nos deixou, pelo menos eu falo por mim, não quero falar por outros membros da Comissão, tranquilos quanto à forma de votar e foi nesse sentido que resolvemos então avançar com esta proposta de recomendação. E aqui reafirmo que da minha parte e da bancada, apoiaremos que seja retirada e que continue a referida Comissão, mesmo até se necessário for, com o pedido a uma entidade exterior e isenta para que possa avaliar esta situação, quiçá o próprio Tribunal de Contas. -----

Francisco Calhau – O essencial já foi dito, não só na exposição feita pelo Sr. Presidente da Assembleia como também pelo digníssimo Membro Francisco Oliveira. Portanto, tratasse de um assunto que é extremamente importante para o concelho, naturalmente. Penso que a Comissão reflectiu quanto às dúvidas sobre um conjunto de dados que necessitam de ser esclarecidos, pelo que concordamos plenamente em que haja uma reavaliação daquilo que esteve por base no trabalho da Comissão. Não estão em causa as pessoas, não está em causa o trabalho que fizeram, mas sim as dúvidas que são naturalmente pertinentes e portanto, a proposta agrada-nos e consideramos que o Presidente da Assembleia Municipal ao assumir esse papel, o faz não só no papel de interventor mas também como árbitro, importante em todo este processo. Revemo-nos nessa proposta. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca a votação a sua proposta. -----

VOTAÇÃO: RETIRAR O PONTO DA ORDEM DO DIA -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Maria Perpétua Ramos, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, José Cabrita, Fernando Neves, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi retirada da ordem do dia por unanimidade -----

PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, de alteração, mediante outorga de uma Adenda, à escritura pública de constituição de superfície a favor da Associação “Nuclegarve” – Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Calhau – Temos sérias dúvidas relativamente á revogação da clausula. Entendemos a importância do que aqui está em causa, percebemos em certa medida a intenção da proposta mas, de qualquer maneira, a cláusula toca num ponto que para nós é importante e que nos parece que está implícito em todo este processo, que é a questão da manutenção e da gestão do funcionamento das instalações, dos meios

humanos e prestação de serviços que lhes estão confiados. Esta questão é essencial e a revogação desta cláusula, significa a revogação de todos estes princípios, o que nos deixa sérias dúvidas sobre a legitimidade dessa decisão. Portanto, é difícil para nós aceitar esta revogação. -----

Presidente da Assembleia - É que, situando esta questão, aquilo que se propõe é uma coisa que eu penso que não faz muito sentido. Parece-me a mim também, que é a revogação de uma cláusula que diz mais ou menos isto: "*a superficiária será responsável pela totalidade das despesas inerentes à construção do equipamento em causa, designadamente, encargos com materiais e mão-de-obra, assim como os decorrentes da manutenção, e gestão de funcionamento daquelas instalações, mobiliário, meios humanos e prestação dos serviços que lhe estão confiados*". Ora bem, se foi concedido à superficiária um determinado terreno, naturalmente é a superficiária que vai levar a cabo a obra, naturalmente é ela que vai efectuar os pagamentos, naturalmente que é ela que é responsável pela obra e, a obra vai ser sua. Tirando daqui esta cláusula ou não tirar, é quase que indiferente, porque isto que aqui está, no fundo, é que é a realidade. Agora, parece-me que há aqui uma confusão é com a distinção entre a responsabilidade da superficiária de fazer a obra, que é sua, e a questão de obtenção de receitas, e que essas receitas, de facto, todos nós sabemos, que não vão poder ser todas obtidas pela superficiária, vão ter de ser obtidas também com a participação do município. Mas não é isso que está aqui em causa. O que está aqui em causa, na minha modestíssima opinião, é a confusão entre aquilo que são receitas, que o município também participará de alguma forma, com despesas para a construção da Aldeia da Solidariedade, mas entre esta participação de que o município faz e a responsabilidade da execução das despesas. Não é o município que vai pagar ao pedreiro, nem ao construtor, quem vai ter de fazer o pagamento, até porque haverá as quotas, haverá mais uma série de receitas que a Nuclegarve vai obter para levar a cabo este projecto, até inclusivamente através das candidaturas que vai fazer, e vai ser ela que, de facto, vai ter de gerir todos os fundos e pagar todas as despesas. Portanto, não vejo que haja qualquer incompatibilidade pelo facto do município também ser um contribuinte, digamos, para o projecto, e o facto de estar aqui a dizer, *a superficiária será responsável pela totalidade das despesas inerentes à construção do equipamento em causa*. Evidentemente que é. Mesmo que o município lhe dê dinheiro, continua a ser sempre a superficiária a responsável pelas despesas. Se fizer projectos de financiamento, até com protocolos que faça com a Acção Social, designadamente, quem vai ser responsável pelo pagamento das despesas? É a Nuclegarve, naturalmente. Portanto, eu não vejo aqui e penso que há aqui uma confusão dos serviços técnicos do município, com a questão da comparticipação da Câmara e que esta cláusula seja restritiva em relação a essa comparticipação, quando não é. Isto é a minha opinião. Acho que o que está aqui escrito, estar ou não estar, é indiferente. O que está aqui retrata a verdade. -----

Presidente da Câmara - O que está aqui em causa é o seguinte: esta questão veio-se a pôr por uma questão de ser ou não ser por parte da Câmara impeditivo nos termos das cláusulas da cedência do processo, em termos de direito de superfície, de ser impeditivo que a Câmara pudesse participar no financiamento e no apoio à

instituição. Foi essa a questão que foi levantada pelos serviços, nomeadamente pelo Dr. Peixinho e pelos serviços de contabilidade, quando houve uma comparticipação e ficou lá na deliberação da Câmara exactamente referencia ao documento existente. Então verificou-se, ou pelo menos entendeu-se que a única forma de salvaguardar a possibilidade do município ir fazendo essas comparticipações era retirar essa cláusula que seria impeditiva desse procedimento. Ou seja, todos os objectivos mantêm-se, todas as questões e as intenções quer da Câmara quer da instituição se mantêm. Aliás, a Nuclegarve vai agora apresentar um processo de candidatura, numa fase daquelas obras, no âmbito do Programa que ainda hoje foi apresentado em Faro, mas já tive lá em Faro com o Paulo Almeida e os serviços dela para essa candidatura e acamara também participou no projecto mas o que é complicado é se isso aí pode impedir, ou em termos de futuro, criar algumas condições que possam perturbar, digamos, essa vontade de participar para este processo. Parece mais uma questão jurídica, uma questão de leitura, mas era mais para libertar a possibilidade, quer agora quer no futuro, que a Câmara não tivesse presa a um clausulado que pudesse ser impeditivo. Essencialmente é isso. Agradecia que os Senhores juristas da Assembleia Municipal pudesse também fazer essa análise. -----

Francisco Calhau – Eu volto a sublinhar mais uma vez a questão da manutenção, da gestão de funcionamento das instalações, dos meios humanos, porque se entende que ao revogar a cláusula se revoga, também, a questão do assumir dos encargos que lhes estão inerentes. Mas depois, no ponto treze, afirma-se que *"o projecto social que a Nuclegarve aspira concretizar, que se traduzirá na construção, instalação, gestão e manutenção em funcionamento de um múltiplo e polivalente equipamento"*, portanto, volta-se a assumir. Ou seja, por um lado ao retirar a cláusula retira-se o dever de assumir estes encargos, mas depois afirma-se que na realidade eles estão implícitos na própria exploração. Portanto não estou a ver porque se há-de retirar a cláusula. -----

Presidente da Assembleia – Olhando aqui diz, "foi deliberado conceder à Nuclegarve uma comparticipação financeira de ..., por forma a participar aquela Associação no pagamento da concepção e elaboração dos projectos..." Quem é que vai fazer os pagamentos? É a Nuclegarve. É quem tem de contratar. Eu não quero criar problemas de maneira nenhuma. Agora uma coisa, que é a verdade, estar ou não estar, também é quase indiferente, mas não vejo que isto obstaculize nada. Eu por mim, não me importo nada de não deliberar hoje e criar mais uma comissão com juristas, e até podem fazer uma reunião com o Dr. Peixinho para debaterem o assunto. Porque, de facto, ninguém aqui quer que prejudiquem o projecto da Nuclegarve, que fique bem claro, antes pelo contrário, mas também há que defender que os documentos tenham fidelidade com a realidade e; até a motivação de uma cedência de um terreno, é precisamente para cessionário executar o projecto, independentemente de nós, município, darmos o contributo. -----

Francisco Oliveira – Na minha perspectiva e lendo isto assim de forma transversal, a manutenção desta cláusula poderia continuar desde que se acrescentasse uma indicação no sentido de, o ser responsável pela totalidade das despesas não obsta a que as mesmas possam ser comparticipadas por entidades terceiras, neste caso pela

Câmara Municipal. Embora não seja necessário ter de se fazer referência à Câmara Municipal. -----

Presidente da Assembleia – Mas isso estamos a entrar no campo das receitas, que é outra coisa. As comparticipações da Câmara para a Nuclegarve são receitas. Aqui só se refere a despesas. -----

Francisco Oliveira – O que eu estou a dizer é que essas despesas possam ser comparticipadas. A totalidade das despesas inerentes ... o que não obsta a que as mesmas despesas possam ser comparticipadas por entidades terceiras. E isso já permite que o Dr. Peixinho tenha um entendimento diferente, ou que a Câmara Municipal em termos dos seus serviços jurídicos tenha um entendimento diferente. ---

Presidente da Assembleia – Isto é urgente? Não é, pois não? -----

Presidente da Câmara – Já temos outra comparticipação para a Nuclegarve e lá vai ficar outro carimbo. -----

Presidente da Assembleia – Nós trazemos isto a uma outra Assembleia. O Dr. Francisco Oliveira e o Dr. Fernando Cabrita, podem verificar melhor a questão e até com o Dr. Peixinho que é um belíssimo técnico, para clarificarmos isto. Eu proponho que o ponto seja retirado da Ordem do Dia, para melhor estudo e venha rapidamente a nova Assembleia. -----

VOTAÇÃO: RETIRAR O PONTO DA ORDEM DO DIA -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa Francisco Calhau, Paulo Freitas, Maria Perpétua Ramos, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífaro, José Cabrita, Fernando Neves, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

Ausências: duas (02) José Sequeira e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi retirada da ordem do dia por unanimidade dos presentes -----

PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da desafectação do domínio público municipal de parcela de terreno sito na Torre da Medronheira, Olhos d'Água - ulterior outorga de escritura pública de doação da mesma à "Fábrica da Igreja Paroquial de Albufeira", nos termos da alínea b) do n.º 4 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa Francisco Calhau, Paulo Freitas, Maria Perpétua Ramos, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífaro, José Cabrita,

Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

Ausências: duas (02) José Sequeira e Francisco Guerreiro. -----

A proposta aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da venda de terreno destinada à construção de habitação a custos controlados (CDH) em Paderne, por empresas privadas – autorização para eventual necessidade de futura aquisição de fogos; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Fernando Neves – Quero fazer duas perguntas ao Sr. Presidente. Uma é, para me explicar se, de facto, é uma venda que a Câmara vai fazer deste terreno. A segunda pergunta é, como é que se vai controlar estes custos em relação a esta situação. É habitação a custos controlados, como é que vai ser feito este controlo? O terreno é da Câmara, que o vai por à venda, para depois alguém o comprar e construir. -----

Presidente da Câmara – Esta situação, é uma situação igual à das Ferreiras. Vai ser posto à venda em concurso publico e depois os candidatos apresentam as propostas do valor do terreno e aquele que apresentar o valor mais alto, obviamente tem de cumprir uma série de regras, esses valores são de certo modo legislados, porque as empresas fazem um contrato com o Instituto de Habitação, que é o Instituto que regula esses custos, até porque esses financiamentos são feitos de acordo com essas regras todas. É um processo exactamente igual às Ferreiras e o procedimento é este. Tem de se por o terreno a concurso, recebe as propostas, depois as avaliações são feitas em função da melhor proposta, daquela com mais interesse para o município e depois os fogos são construídos por essa empresa com a participação, com um contrato que tem de fazer porque são financiados pelo Instituto Nacional de Habitação que depois controla esses custos. Ferreiras, vai começar agora a construção de trinta e oito fogos, este é de quarenta. -----

O Presidente da Assembleia ausenta-se da sala, o Primeiro Secretário toma o seu lugar. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Primeiro Secretário passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Francisco Calhau, José Sequeira, Maria Perpétua Ramos, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífaro, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: duas (02) Carlos Silva e Sousa e Paulo Freitas. -----

A proposta aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO DECIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da CDU, da Criação pelo Municipio de um Gabinete de Crise; -----

Primeiro Secretário - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Fernando Neves - A CDU vem fazer esta proposta pelo seguinte: considerando o agravamento da situação social com consequências ao nível de exclusão e pobreza, das quais vêm crescentemente dado conta Instituições como o Banco Alimentar. Considerando que neste agravamento da situação social, o problema do desemprego vem ganhando crescente volume. Considerando que no que respeita ao desemprego, os últimos dados divulgados pelo INE apresenta o Algarve como a região do seu crescimento e que se tem vindo a desenvolver aceleradamente, calculando-se hoje em vinte mil o número de desempregados oficiais. Considerando ainda o crescente número de casos de salários e subsídios em atraso por tempo mais ou menos prolongados, a título de exemplo, o Hotel Montechoro, Alisuper, Auramar, Ondamar, e tantos outros que se poderiam enumerar. Embora conscientes de que as razões fundamentais deste agravamento da situação social resulta da politica que tem vindo a ser desenvolvida pelos consecutivos Governos, nomeadamente da disposição do tecido produtivo da promoção de grandes superfícies com consequências desastrosas para o pequeno comércio, da ausência de apoios às micro e pequenas empresas, da privatização de tudo o que rentável, destruindo os serviços públicos, a CDU embora consciente, repete-se, das responsabilidades governativas, considera que a Câmara Municipal de Albufeira não pode ignorar a realidade existente. Assim propõe a criação de um Gabinete de Apoio Social com as seguintes objectivos: apoio aos munícipes no encaminhamento de pedidos de apoio social a que tenham legalmente direito, visto que muitas vezes não decorrem por desconhecimento; ajuda à resolução nos casos cujo seu revestimento não se enquadra nas opções de apoio social nos seus modelos mais usuais. -----

Presidente da Câmara - Antes dos Senhores Deputados Municipais poderem intervir, vou só aqui fazer uma pequena abordagem destas questões, talvez para uma melhor informação. É apenas nesse contexto, não tem outra finalidade. Obviamente que, a Câmara Municipal em função destas questões todas que estão no terreno, tem serviços de atendimento no âmbito da Acção Social, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Munícipe, tem feito triagens, tem feito informação e, a própria Câmara Municipal tem produzido documentos, uns que já estão no terreno e outros que já estão preparados para a reunião de Câmara, para dar sequência. Eu faço aqui lembrar que neste momento está em discussão pública o Regulamento Municipal para o subsídio de arrendamento, está em discussão pública um Regulamento de Projecto de Albufeira Voluntária, na próxima terça-feira vai à reunião de Câmara o Regulamento de Apoio aos Extractos Sociais Desfavorecidos e também o Regulamento do Cartão Sénior para apoio a pessoas com mais de sessenta e cinco anos. Está neste momento a desenvolver-se os procedimentos para um projecto que se chama Albufeira Amiga Solidária que tem a ver com o apoio a pessoas com dificuldade de mobilidade, pessoas com dificuldade de produzirem e fazerem alguns pequenos arranjos e algumas situações que estão definidas num destes regulamentos que acima referenciei, também recuperamos no contexto das bolsas de estudo para este anos, quatro ou cinco alunos que ficaram sem

bolsa de estudo, na próxima terça-feira vai a reunião de Câmara para pudermos beneficiar esses alunos que não tiveram apoios nem da faculdade, nem nas Juntas de Freguesia e portanto ficaram fora daquela relação. Por outro lado, o nosso apoio substancial às crianças das escolas, quer na alimentação, quer nos transportes, e naqueles que têm situações que se consideram mais problemáticas, temos acompanhado e apoiado todo esse tipo de pedido e solicitação. Por outro lado, no âmbito das IPSS, eu próprio reuni com todas e com os Presidentes de Juntas de Freguesia no dia seis, na Câmara Municipal de Albufeira, estamos a fazer um trabalho de interacção, inter-relação com todas as IPSS e está preparado um cartão social para fazer a triagem em função dos apoios porque, no meio de isto tudo, há pessoas que vão a todos os sítios ao mesmo tempo e “disparam em todas as direcções”, portanto isso também tem de ser controlado de maneira a não se perder e não haver desperdício, e essa identificação é importante. Por outro lado, está previsto o congelamento das rendas, vai terça-feira a reunião de Câmara, que subiram este ano de 2009. Temos o Programa da Tele-assistência, a qual já temos várias situações no terreno e há outros pedidos que vamos dar resposta. No âmbito da área da educação, vai haver daqui a quinze dias a continuidade da recolha de alimentos básicos em todas as escolas do concelho para entregar depois aos Bancos Alimentares e distribuir às famílias, isto no fundo tem um carácter pedagógico, educativo e também para que os professores possam dar apoio nesse sentido. Por outro lado, temos o Gabinete de Apoio à Família que está praticamente concluído e abrirá até final de Março e nesse Gabinete haverá formação da gestão económica das famílias nas várias áreas, nos créditos mal parados, nas questões mais do endividamento e, também no Gabinete de Apoio à Juventude onde também apoiamos muitos dos jovens que precisam. Há aqui a questão, ainda esta tarde eu disse quando houve a reunião com os comerciantes, pequenas e médias empresas no âmbito do IAPMEI, onde temos dois técnicos da autarquia, nomeadamente uma arquitecta, para ajudar a fazer candidaturas aos fundos de apoios no âmbito quer do IAPMEI quer do Instituto de Formação Profissional e também do Instituto do Emprego no âmbito de um Gabinete de Inserção Profissional. Estamos a negociar junto da banca, dentro de um quadro legal, podermos protocolar para apoiar pequenas e médias empresas e particulares. Está aqui no último ponto, a isenção das taxas de publicidade para 2009. Houve indicação para que, no âmbito da autarquia, e inclusive esta autarquia tem por norma pagar a tempo e horas e nem sequer recorreu ao Governo aos fundos e aos empréstimos para pagamentos, a indicação é que haja mais celeridade no pagamento e por outro lado, procurar dentro do quadro legal que as pequenas e médias empresas do concelho sejam escolhidas para fornecimentos daquilo que são as necessidades da Câmara. Isto são medidas que no âmbito deste processo, umas estão no terreno, outras estão em termos de preparados os regulamentos, dos quais tenho aqui cópias, e vão ser agendados para reunião de Câmara. Isto é para dar um sinal de que a autarquia não está de braços cruzados, está atenta às condições, tem procurado perceber bem o que se passa, agora, há situações que, obviamente, não dependem da autarquia, mas aquelas que dependem e aquelas que nós podemos intervir, elas estão estruturadas, estão pensadas e estão com o objectivo de procurar prevenir e encontrar soluções que minimizem esta questão muito importante. Há aqui outra

questão que às vezes não se fala mas, o facto é que, a autarquia tem feito forte promoção da valorização de Albufeira no exterior. E tudo isto também depende do turismo e daquilo que nós podemos vender lá para fora. Portanto, o que nós procuramos vender é uma Albufeira que tem uma capacidade de receber com qualidade e com uma série de atractivos, e essa aposta tem sido feita nos mercados exteriores, além do país, nomeadamente na Galiza, na Andaluzia, e obviamente que, penso que esse tem sido uma aposta forte e bem aceite. De um modo geral, não é só resolver as questões, mas é também procurar promover o município para que haja mais turistas e, independentemente desta crise que afecta toda a gente, dos turistas que não vêm porque a libra caiu bastante, dos turistas que não vêm porque também não têm dinheiro nem para vir para Portugal nem para outros países. Nas questões sociais, nas questões que nós temos elencadas e referenciadas, temos serviços de acção social, temos serviços da habitação, temos serviços do gabinete de apoio aos municípios, temos serviços que fazem este trabalho, esta triagem e este encaminhamento. -----

O Presidente da Assembleia regressa à sala e toma o seu lugar. -----

Francisco Calhau - Nós entendemos a proposta e o principio que lhe está inerente, da criação do Gabinete de Crise e portanto, a preocupação que está subjacente a essa proposta. Naturalmente, o problema é grave, não é um problema do concelho de Albufeira, é um problema de nível nacional, embora estejamos preocupados com o nosso concelho, indo a proposta nesse sentido. Quando pedi há pouco para intervir tinha duas questões, uma resposta vou dar neste momento e a outra seria, solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que me esclarecesse se a Câmara não tem já, no âmbito da gestão de actividades de âmbito social, acções políticas implementadas e direccionadas para esse objectivo. É evidente que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara vem ajudar a esta questão. Um Gabinete de Crise pressupõe, em meu entender, que as actividades de âmbito social não estão a funcionar, ou não estão a ser bem geridas, o que não é verdade, não temos quaisquer razões que nos levem a pensar isso, antes pelo contrário. Segunda questão, um Gabinete de Crise não trabalha por si só, portanto vamos arranjar duas ou três pessoas, ou mais, para trabalhar neste Gabinete e que vão trabalhar em dados existentes actualmente na Câmara. Portanto, não vemos para além de uma publicitação de algo que é criado para dizer às pessoas, para dar algum conforto às pessoas porque criamos um Gabinete com este sentido, para além disso, na prática, não vemos neste momento no nosso concelho face aquilo que é a intervenção já prevista pelos serviços e pelo executivo camarário, não vemos repito necessidade de o fazer. Não pondo em causa o objectivo que está por trás dessa proposta, não pondo isso em causa, naturalmente não vê necessidade, nem qual é a vantagem neste concelho de criar um Gabinete de Crise. Para além do facto da sua criação transmitir uma imagem pouco agradável num concelho que pretende mostrar alguma estabilidade, mesmo que muitas vezes perante a crise actual tenha que mostrar mais que aquela que tem. Mas é essencial que o faça porque nós estamos num concelho em que pretendemos atrair pessoas de fora e em que pretendemos que as pessoas se sintam bem. Portanto,

o Gabinete de Crise, por si só, não é muito compatível com esta actividade, a do turismo. -----

Fernando Neves – É só para fazer lembrar uma situação que o Sr. Presidente não mencionou e que já foi proposta até pela CDU. Isto viria a beneficiar muitos municípios de Albufeira, que era a proposta que foi feita em Assembleia Municipal, baixar o IMI, por exemplo. Em relação à intervenção do Sr. Presidente, vamos ficar descansados naquilo que diz que já está previsto e que a Câmara tem meios para auxiliar a quem necessitar, aqui no concelho de Albufeira. Esperemos que sim, é essa a nossa intenção também nesta proposta, no sentido de casos que possam aparecer e que as pessoas têm se saber que a Câmara tem esses organismos para poderem recorrer a eles em caso de necessidade. Vamos ficar descansados em relação a isso, esperemos. -----

Vítor Neto – Boa noite Sr. Presidente, caros colegas, Sr. Presidente da Câmara. Eu penso que não devemos ficar descansados, devemos ficar vigilantes em relação à evolução da situação económica do nosso concelho que depende muito da evolução da situação económica da nossa região que está muito dependente do turismo. O turismo está em quebra, há dados concretos sobre isso, basta ver os dados das chegadas ao aeroporto de Faro no mês de Janeiro, tem uma quebra de 4,8%, número que já não se verificava há muito tempo e, evidentemente, sabemos que há uma quebra da actividade económica na nossa região, na hotelaria, na restauração, no comércio, nos serviços, em todos os sectores directa ou indirectamente ligados ao turismo. Há menos gente, há menos consumo e isso reflecte-se nas empresas, reflecte-se no emprego, reflecte-se nas questões sociais. Portanto, eu penso que, nós temos todas as razões para nos mantermos vigilantes sobre esta situação e ir-mos acompanhando. Não vejo razão nenhuma para se criar neste momento um Gabinete de Crise, que exigiria meios, exigiria, estruturas, exigiria uma emergência que não nos parece que estejamos numa situação desse tipo. Estamos num concelho que tem recursos, que tem meios, que tem estruturas, que estão a funcionar, agora o que seria importante para esta Assembleia é que nós pudéssemos, Membros da Assembleia Municipal ou os Grupos dos Partidos presentes na Assembleia Municipal, pudessem ter acesso a uma informação regular, mensal, talvez nesta fase, se a situação se agravar talvez quinzenal, sobre a situação social no concelho. E o que é a situação social no concelho? Desemprego, encerramento de empresas e situações de carência social, isto em sectores mais débeis do ponto de vista social e que exijam um tratamento ou uma solidariedade mais intensa. Penso que essa informação será feita na Câmara, com certeza, será discutida no órgão executivo do município mas que, talvez não fosse inconveniente que a Assembleia Municipal pudesse também usufruir dessa situação. Estão aqui nesta Assembleia Municipal, membros de Associações empresariais e empresários, também podem fornecer à Câmara Municipal todos os dados novos que possam ter, sobre a situação social económica da região e do concelho. -----

Fernando Cabrita – Eu não concordo, desde já, com a criação do Gabinete de Crise porque isso é uma imagem depressiva e de pessimismo que se poderia dar neste concelho. Eu estou-me a lembrar da carta que o Sr. Presidente da Câmara enviou, pelo menos eu recebi e devem ter recebido muitos municípios e, obviamente, a toada do Gabinete de Crise não condiz com o optimismo e com a vontade de dinamismo que se

expressava, o optimismo que essa carta transparecia. Se a Câmara viesse a adoptar um Gabinete de Crise, não faria nenhum sentido, portanto eu penso que, se efectivamente os serviços estão alerta, se há uma série de medidas que estão a ser tomadas, uma duplicação e a criação do Gabinete que obviamente precisava da sua estruturação, precisava de uma série de membros, era com certeza uma duplicação e não é fácil arranjar gente qualificada que faça isso, às tantas as pessoas andavam um pouco à toa. Eu penso que não é uma forma ideal de fazer isso. Por outro lado, como o meu camarada Vítor Neto aqui já referiu, não faz sentido que num concelho que é um dos que tem os seus maiores rendimentos do país, de um momento para o outro, caísse numa posição de pânico, quase, e isso não pode fazer sentido, tem que haver voluntarismo, tem que haver dinamismo, tem que haver optimismo, tem que se estar vigilantes, como se dizia, nesta situação. Já agora criava-se um outro gabinete, o Gabinete da Depressão ou da Recessão, por exemplo. Não faltaria era gabinetes e que daríamos uma imagem terrífica do concelho e que não é isso que queremos. Queremos é ter serenidade, capacidade de vencer estes problemas, ter optimismo e verificar se ainda não batemos no fundo, pensemos que já não falta muito para se começar a subir, porque forçosamente há-de-se começar a subir qualquer coisa. Ainda hoje se lia, alguém optimista dizia “boa altura para comprar acções” é evidente que só quem tem disponibilidades para esse efeito, mas elas baixam tanto que, forçosamente, umas podem ser eliminadas pela falência das empresas mas outras hão-de subir. Tal como hoje se defendia, o Presidente da Caixa Geral de Depósitos, se aquelas acções da Cimpor foram compradas a preços elevados, evidente que neste momento são mau negocio, mas daqui a um ano podem não ser, assim dizia o Eng. Faria de Oliveira. Portanto, eu penso que, não se pode entrar nesta toada, que é de pânico, e não é aquela que nos serve neste concelho. Tenho dito. -----

Francisco Calhau – Eu apenas sugeria que pudesse, eventualmente, haver uma melhor articulação com aquilo que são as funções do Conselho de Segurança, que é um órgão que já existe e que reúne periodicamente, e portanto pode servir de apoio a tudo o que nós estamos a falar e tem a ver com a actividade da própria Câmara na questão das acções de âmbito social que têm que ser tomadas. Sabemos que o Conselho de Segurança tem um papel mais papel no campo da protecção civil mas, de qualquer modo, podemos considerar que é um órgão por a sua existência e pelas pessoas que lá estão representadas, pode eventualmente dar um contributo importante nesta matéria. É uma sugestão. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a favor: um (01) Fernando Neves -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos Contra: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Maria Perpétua Ramos, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco

Guerreiro. -----
 Ausências: zero (00) -----
A proposta reprovada -----

PONTO DECIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal das alterações à minuta do contrato-promessa de compra e venda dos bens imóveis que integram a massa falida da Faceal – Fábrica de Cerâmica do Algarve, S.A.; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Fernando Cabrita – Eu penso que estas cláusulas são de natureza meramente técnica, portanto trata-se de registar terrenos que não estavam registados, e havia também modificações de registos. Portanto, tal como a situação que se vai fazer, isto é uma questão técnica, jurídica, estas alterações eram com certeza necessárias por uma questão de rigor do contrato de promessa, não vejo inconveniente nenhum, acho que se deve processar com a maior celeridade. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Maria Perpétua Ramos, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pifaro, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta aprovada por maioria -----

PONTO DECIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento das taxas municipais em matéria de publicidade – estabelecimentos de comércio, serviços restauração e bebidas e unidade hoteleiras. -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Ricardo Silva – A bancada do PS gostaria de apresentar uma proposta onde acrescenta à proposta inicial a isenção de taxas decorrentes da ocupação da via pública. Deixo a proposta na Mesa. -----

Presidente da Assembleia – Eu vou ter que recusar esta proposta. Ela poderia, de facto, ter sido apresentada, mas dentro do período antes da ordem do dia e não neste ponto, porque está aqui uma matéria diferente daquela que está a ser deliberada, que é só em relação à publicidade e, mesmo assim, teria de ser admitida a sua aceitação pela Assembleia uma vez que é um ponto diferente, que é a parte da ocupação da via pública. Não a pretende retirar? De qualquer modo, tem legitimidade, se quiser, para apresentar a proposta e na próxima Assembleia será deliberada. -----

Francisco Oliveira – A ideia aqui era votar em alternativa. Acredito, no que diz respeito ao que o Sr. Presidente refere, ela tenha que ser admitida, mas ela pode ser votada em alternativa, se a Assembleia entender admitir esta alteração. -----

Presidente da Assembleia – Com todo o respeito, a questão não é essa. Nós estamos a debater um ponto que é a isenção de publicidade e surge aqui uma proposta que vem também adicionar algo que tem a ver com a ocupação da via pública, portanto isso não faz parte da ordem de trabalhos. Para poder ser deliberado qualquer coisa sobre esta matéria, teria de ter sido colocado à votação a sua admissão. Que me digam as propostas sobre a questão das taxas municipais em matéria de publicidade, com toda a legitimidade, agora, sobre pontos diversos da ordem de trabalhos, não podem apresentar nesta fase da assembleia. Poderiam ter apresentado no início da Assembleia, no período antes da ordem do dia e, aí teria de ser admitido por dois terços dos Membros da Assembleia. Têm toda a legitimidade, se quiserem, trazer este ponto à ordem de trabalhos, mas noutra assembleia. Não é isso que está hoje à discussão, o que está à discussão é apenas as taxas municipais em matéria de publicidade. Se quiserem manter a entrega do requerimento eu tenho que não admitir a sua entrada. Se quiserem apresentar para vir em futura Assembleia, tudo bem. -----

Ricardo Silva – Mas o que está em questão não são os fundamentos que estão aqui incluídos nesta proposta? -----

Presidente da Assembleia – Para mim é apenas deliberar esta isenção. -----

Ricardo Silva – Mas isso advém dos fundamentos que aqui estão incluídos. -----

Presidente da Assembleia – Pois pode advir de onde o Senhor quiser. Eu estou numa Assembleia deliberativa e a lei diz-me claramente que eu só posso deliberar os pontos que estão na ordem do dia. Depois há excepções, antes da ordem do dia, se for admitido, como urgente por dois terços dos membros. Eu tenho de me cingir à Lei, eu não faço as Leis, tenho que as respeitar apenas, mais nada. O Senhor Ricardo, como qualquer Membro, tem o direito de requerer à Assembleia que agende este e qualquer ponto. O Senhor Neves pediu e nós agendamos o ponto da CDU, imediatamente. Não sou eu que mando, eu sigo as regras que estão na Lei. Estou sujeito à Lei como todos nós. Eu sugiro, se mantiver o propósito de deliberar esta proposta, que eu não aceito hoje admitir à discussão, que retire e assim, eu não terei de recusar uma proposta, o, que eu não gosto de fazer. -----

Ricardo Silva – Não havendo alternativa, a bancada retira a proposta e requer o agendamento para próxima reunião. Isto tem a ver com o quê? Já agora fundamentado a nossa proposta. Isto tem a ver com os considerandos que aqui são colocados e concordamos com a proposta da Câmara mas, eles fazem sentido se, naturalmente, incluírem a isenção da ocupação da via pública. Em termos de isenção de taxas de publicidade, representa muito pouco para quem paga, o custo é pequeníssimo e, digamos, trata-se de uma medida um pouco demagógica até, por forma a dizer que estão atentos, acredito que sim, não é isso que está em causa, mas de facto, haveria aqui uma ajuda se houvesse a isenção da ocupação da via pública. Aí sim, acredito que os comerciantes quer da restauração comidas e bebidas, quer unidades hoteleiras, teriam de certa maneira um benefício e tendo em conta o ano de crise que estamos a

passar, que reverteria a favor. Daí a existência dessa nossa proposta. De qualquer maneira, não podendo, fica para uma próxima Assembleia. Tenho dito. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Maria Perpétua Ramos, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, José Cabrita, Fernando Neves, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta aprovada por unanimidade -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:25 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 27 de Fevereiro de 2009 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

